



TAM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.832.635/0001-18

A STAR ALLIANCE MEMBER



Comentário de Desempenho Consolidado

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Senhores Acionistas

A Administração da TAM S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparativo com 2009 que foram ajustados devido a mudança de prática relacionada a reavaliação de ativos.

Mensagem do Presidente

O ano de 2010 foi marcado por grandes conquistas da nossa companhia e também pelos desafios que enfrentamos e superamos. Cada um dos nossos 28 mil funcionários trabalhou na construção dos alicerces para um novo período de crescimento. Anunciamos a nossa intenção de união com a LAN, ingressamos na Star Alliance, a maior aliança de companhias aéreas do mundo, realizamos a abertura de capital da Multiplus S.A e efetivamos a compra da Pantanal Linhas Aéreas, apenas para citar alguns fatos. Ampliamos ainda mais a nossa atuação nacional e internacional. Conquistamos novos mercados e melhoramos nossa performance.

Em um ano pontuado por fatos históricos, em agosto, anunciamos, juntamente com a LAN, a intenção de união das duas holdings em uma única entidade controladora. A LATAM Airlines Group já nasce com um dos líderes da aviação mundial e poderá competir em igualdade de condições com as melhores empresas internacionais. Juntas, TAM e LAN somam mais de 40 mil funcionários, 280 aviões, 115 destinos, em 23 países, além de oferecer serviços de carga em todo o mundo. TAM e LAN continuarão operando com as marcas existentes e sob suas próprias certificações de operação.

A união deve gerar sinergias anuais de aproximadamente 400 milhões de dólares. Em janeiro de 2011, foram assinados os acordos vinculativos para a união, aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração das duas empresas. Agora, a transação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores no Brasil, no Chile e nos outros países onde a LAN possui subsidiárias, assim como à concordância dos acionistas não controladores, por meio da adesão a uma oferta de ações.

Registramos, ao longo do ano, sucessivos recordes históricos em nossas taxas de ocupação (load factor) dos voos internacionais em comparação aos períodos correspondentes dos anos anteriores. No acumulado de 2010, alcançamos o recorde de 79,6% no índice de aproveitamento dos assentos nos voos internacionais. Já a taxa de ocupação no mercado doméstico em todo o ano passado foi de 67,6%, segundo os dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Como parte do nosso processo de expansão internacional, firmamos novos acordos de codeshare com as empresas Continental Airlines (em junho), ANA (em outubro) e US Airways (em novembro), e ampliamos as parcerias já existentes com a Lufthansa e a Swiss Airways. Em maio, iniciamos também 16 novos acordos de FFP (Frequent Flyer Program), além dos 11 que já estavam vigentes, o que ampliou ainda mais os benefícios oferecidos aos clientes do programa TAM Fidelidade. No mercado doméstico, expandimos nosso acordo de codeshare com a regional TRIP (em janeiro), passando a oferecer três novos destinos nacionais aos nossos clientes.

Como líderes na região, TAM e LAN fazem um movimento natural, dentro da tendência mundial de consolidação observada no setor aéreo. Acreditamos que esse é o melhor caminho para assegurar o crescimento das companhias, em um cenário de crescente competição.

Em 13 de maio de 2010, celebramos nossa adesão à Star Alliance, a maior aliança global de aviação comercial. Hoje, a rede reúne 27 das maiores companhias aéreas do mundo, que, juntas, operam mais de 21 mil voos diários. Passamos a compartilhar produtos e serviços em mais de 1.100 destinos dos 181 países nos quais a organização opera. A lista de benefícios aos nossos clientes inclui despacho de bagagem até o destino final, conexões mais ágeis e a comodidade de mais de 970 salas VIPs. Outro ponto positivo é a integração do TAM Fidelidade aos programas de passageiros frequentes de todas as companhias membros da aliança.

O cenário positivo no âmbito mundial, somado à nossa estratégia de investir nas rotas para o exterior, resultou em um período excelente para nossa atuação internacional. Em 2010, a demanda de viagens de brasileiros para outros países mostrou-se aquecida, estimulada pela valorização do real frente ao dólar e ao euro. No sentido inverso, a procura de estrangeiros por destinos no Brasil também se manteve forte, impulsionada pela recuperação da economia global. Inauguramos cinco rotas internacionais: Frankfurt e Londres, partindo do Rio de Janeiro; Miami, saindo de Brasília e Belo Horizonte, e São Paulo-Bogotá, cidade para a qual ainda não oferecíamos voos diretos.

Nosso market share acumulado em 2010 foi de 42,8% no mercado doméstico e de 37,8% no segmento de linhas internacionais operadas por empresas aéreas brasileiras. Transportamos 34,5 milhões de passageiros no período. Encerramos o ano com 151 aeronaves, a maior frota de aeronaves de passageiros que uma companhia aérea brasileira já teve. Pela quarta vez, renovamos nossa certificação internacional IOSA (IATA Operational Safety Audit), o mais completo e aceito atestado internacional de segurança operacional na aviação civil.

Em 2010, constatamos uma mudança no perfil de passageiros, com a migração de viajantes de ônibus para o transporte aéreo, principalmente em viagens acima de 800 quilômetros. Outro fator importante para a ampliação do mercado é o fortalecimento da economia brasileira nos últimos anos, que aumentou o poder de consumo no país. Acreditamos que grande parte do crescimento do nosso setor para os próximos anos será proveniente dos brasileiros das classes emergentes que voam com frequência.

Diante dessa perspectiva, lançamos, em agosto, nosso projeto de varejo, baseado em estudos que mostram a importância estratégica dos clientes que viajam basicamente a lazer. Para conquistar esse público de passageiros entrançados, desenvolvemos ações em três frentes: comunicação (campanha publicitária estrelada pela cantora Ivete Sangalo e outras ações); canais de venda (em que a nossa parceria com as Casas Bahia tem papel relevante); e meios de pagamento (já somos a empresa aérea que oferece o maior número de possibilidades de pagamento). Oferecemos serviços de qualidade a preços competitivos e queremos mostrar que a TAM é para todos. Esse princípio está plenamente alinhado à nossa Missão: "Ser a companhia aérea preferida das pessoas, com alegria, criatividade, respeito e responsabilidade". Com o novo projeto, foi lançada a assinatura da campanha "Você vai. E vai de TAM".

Passamos por importantes mudanças organizacionais no ano passado, seguindo nosso compromisso com o aprimoramento da governança e com a criação de uma grande corporação de multi-negócios ligados à aviação. Em março, foi anunciada a indicação de meu nome para a Presidência da holding TAM S.A., com responsabilidade sobre o desenvolvimento dos negócios adjacentes do grupo e o seu relacionamento institucional. Libano Miranda Barroso manteve o posto de presidente da TAM Linhas Aéreas, no comando das operações de passageiros e cargas, que compreendem TAM Linhas Aéreas, TAM Airlines (com sede em Assunção, no Paraguai), Pantanal Linhas Aéreas e TAM Viagens; e continuou ocupando o cargo de diretor de Relações com Investidores da TAM S.A. Em maio, Eduardo Gouveia assumiu o cargo de presidente da Multiplus S.A.

Um dos nossos destaques do ano veio também da TAM Viagens, que deu um passo decisivo para seu crescimento com o início da implantação de um novo modelo de negócios, baseado no sistema de franquias. O projeto surgiu da necessidade de promover o crescimento sustentável da rede de lojas, aumentar as vendas e otimizar os custos, além de padronizar o alto nível do serviço. Esperamos chegar a 200 lojas até o final de 2011 e aumentar consideravelmente nossa receita. Em maio, uma ação afinada com a elevação do poder de consumo das classes emergentes, firmamos um contrato com a Caixa Econômica Federal para financiar pacotes turísticos a clientes pessoa física do banco, correntistas ou não, diretamente nas lojas da TAM Viagens, nossa operadora de turismo, oferecendo a esse público, novas opções de lazer com parcelamentos em até 24 meses.

Criado em junho de 2009 como uma unidade de negócios, o Multiplus se tornou uma empresa independente em outubro daquele ano e, em fevereiro de 2010, abriu capital na BM&FBOVESPA. Desde a abertura do capital, as ações do Multiplus praticamente dobraram de valor. Hoje, a empresa reúne aproximadamente 150 parceiros, sendo 14 de coalizão e os demais de acúmulo, que beneficiam mais de 8 milhões de clientes cadastrados. Em 2010, sete empresas somaram-se ao grupo de parceiros de coalizão. Em agosto, o Multiplus implementou sua nova plataforma tecnológica, a Siebel Loyalty, por meio da qual passou a gerenciar as suas operações e possibilitar a gestão de programas de fidelização de empresas parceiras que tenham interesse em terceirizar a operação de seus programas de relacionamento com clientes frequentes, como ocorreu com o TAM Fidelidade. O Multiplus encerrou 2010 com faturamento de R\$ 1,1 bilhão e lucro de R\$ 118,4 milhões.

Em 2010, prosseguimos explorando o potencial de crescimento da Pantanal Linhas Aéreas, cuja aquisição pela TAM S.A. foi aprovada em março pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). Reformulamos e ampliamos a malha aérea da companhia, aumentando de sete para 20 as cidades

atendidas ao final do ano. Em agosto, a Pantanal teve sua logomarca atualizada, ganhando um visual mais moderno e alinhado com a identidade do grupo TAM. Em dezembro, os voos da companhia passaram a ser elegíveis para acúmulo de pontos Multiplus no programa TAM Fidelidade. Em 2010, o Centro Tecnológico da TAM, nossa unidade de MRO (Maintenance, Repair and Overhaul), conquistou novas certificações das autoridades aeronáuticas do Canadá (em agosto), Argentina, Equador e Antilhas Holandesas (todas em março) para prestar serviços de manutenção em aeronaves com matrícula nesses países e seus componentes. Em julho, fomos certificados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para realizar serviços de manutenção pesada em aeronaves ATR-42, o que permitiu que assumíssemos integralmente os checks dos aviões da Pantanal. Além disso, tivemos a nossa certificação renovada pela autoridade aeronáutica dos Estados Unidos, a Federal Aviation Administration (FAA), para realizar a manutenção de aeronaves matriculadas nesse país, o que amplia o leque de serviços oferecidos pelo MRO. Como reflexo da especialização do nosso centro de manutenção, durante o ano passado, o MRO registrou um aumento de 7% no atendimento a aeronaves, chegando a 131 checks, que demandaram um total de 436.016 horas de trabalho, 16% a mais do que o somado em 2009. Em dezembro, nosso Centro Tecnológico realizou, pela primeira vez, manutenção simultânea em cinco aeronaves de clientes: o Avião Presidencial, Airbus ACJ (Airbus Corporate Jetliner); dois Fokker 100 - um da Avianca e outro da Dutch Antilles Express (DAE) das Antilhas Holandesas; um ATR 42 da TRIP Linhas Aéreas; e um A319 da LAN. Isso é mais uma prova de que nossas instalações estão plenamente capacitadas para realizar serviços de manutenção tanto para a nossa companhia como para outras grandes empresas.

Também tivemos um ano excepcional para a TAM Cargo, nossa unidade de cargas, com um incremento de 18,8% no faturamento em comparação ao resultado obtido em 2009. Registramos ainda, no mesmo período, um crescimento de 28% do peso total de cargas transportadas nos mercados doméstico e internacional. Além disso, ampliamos ainda mais a nossa infraestrutura, com o início da operação do terminal de cargas domésticas em Patrolina (PE), em novembro, fortalecendo nosso posicionamento em Pernambuco e no Nordeste, região estratégica para nosso negócio. Outro destaque foi o lançamento da Big Box, uma inovadora embalagem especialmente desenvolvida para o transporte de encomendas que amplia nosso nível de excelência operacional, melhora a ergonomia na operação, trazendo benefícios para os funcionários, e contribui para o controle de custos.

A TAM Airlines, nossa subsidiária baseada no Paraguai, atingiu no ano passado o recorde em vendas e tráfego de passageiros naquele país, com 63% do market share e um crescimento significativo na taxa de ocupação, que chegou a 73%, contra os 65% registrados no ano anterior. Contribuíram para esse resultado os lançamentos de produtos e serviços, como os tratamentos para Florianópolis durante a temporada de verão 2010/2011; a inauguração de uma frequência diária de Assunção até o Aeroporto Jorge Newberry (Aeroparque) em Buenos Aires, com continuação até o Rio de Janeiro e outra frequência para São Paulo via Ezeiza. Outros destaques da empresa foram sua entrada na Star Alliance, em conjunto com a TAM Linhas Aéreas, e o patrocínio do Bicentenario da Independência do Paraguai.

2010 foi marcado também por eventos naturais que afetaram nossas operações, como o terremoto no Chile (em fevereiro), a erupção de um vulcão na Islândia (em abril) e as nevascas nos Estados Unidos e na Europa (em dezembro). Diante dessas contingências, buscamos fornecer a melhor assistência aos nossos clientes. Esses esforços — especialmente das equipes de Operações, como os times de aeroportos e a tripulação, a quem agradeço — foram recompensados por inúmeras manifestações de reconhecimento dos nossos passageiros, o que comprova a força do nosso Espírito de Servir, especialmente nos momentos de dificuldade.

Nosso compromisso com a excelência foi reconhecido em algumas homenagens que recebemos com alegria. Lideramos o ranking de Transportes na 37ª edição das Melhores e Maiores da revista EXAME. Fomos também a companhia aérea mais lembrada pelos brasileiros no Folha Top of Mind e a empresa aérea mais admirada na pesquisa da revista Carta Capital. Além disso, fomos eleitos a melhor companhia aérea brasileira pelos leitores da revista Viagem e Turismo, da Editora Abril, e escolhidos como a marca preferida dos moradores do Rio de Janeiro na categoria "Companhias Aéreas", em pesquisa encomendada pelo jornal O Globo. Finalmente, segundo o Ranking Interbrand 2010, figuramos na 17ª posição entre as 25 marcas mais valiosas do país, a colocação mais alta no setor de transporte aéreo. Internacionalmente, fomos reconhecidos com a melhor Classe Executiva da América do Sul pela revista Business Traveler; melhor companhia aérea entre o Reino Unido e a América do Sul no Travel Agents Choice Awards; e melhor revista de bordo do mundo (TAM Nas Nuvens) no Passenger Choice Awards. Pela segunda vez consecutiva, recebemos do Airfinance Journal o prêmio Latin America Deal of the Year 2009 por nossa operação de emissão de US\$ 300 milhões em bônus, anunciada em outubro de 2009. Também pelo segundo ano seguido, fomos reconhecidos como a melhor companhia da América Latina na administração de combustível para aviação na 14ª edição do Armbrust Awards, realizado pelo Armbrust Aviation Group. Recebemos ainda, pelo terceiro ano consecutivo, o Aircraft Leasing Deal of the Year, promovido pela revista Jane's Transport, por ter sido a companhia aérea da América Latina que obteve condições econômicas mais favoráveis para financiar três aeronaves A319, contratadas no ano passado junto à Airbus por meio de leasing operacional. A transação também foi reconhecida como a mais inovadora do ano pela mesma publicação.

A inovação também foi uma das marcas da nossa atuação em 2010. Em novembro, realizamos o primeiro voo experimental da América Latina utilizando biocombustível de aviação produzido a partir do óleo de pinhão manso, obtido de matéria-prima nacional. Nosso voo teste, realizado com uma aeronave A320, teve duração de 45 minutos e tivemos uma excelente performance, inclusive com redução de consumo de combustível. Estudamos, em longo prazo, a substituição gradual do querosene vindo do petróleo que utilizamos hoje por um novo bioquerosene. Com isso, teremos um impacto positivo na redução das emissões de carbono.

Em outubro, demos mais um passo pioneiro na aviação brasileira: passamos a oferecer, em parceria com a Air, um sistema que permite que os passageiros utilizem seus celulares durante os voos para transmissão de voz e dados (internet e mensagens de texto). Somos a primeira empresa das Américas a oferecer o serviço, inicialmente disponível em algumas rotas. Neste ano, ampliamos a oferta com a implantação do sistema em mais 26 aeronaves. Outra ação de destaque, utilizando novas tecnologias, foi o lançamento, em setembro, do primeiro check-in pelo celular na América do Sul. Implementamos um projeto-piloto nos aeroportos de Ribeirão Preto (SP) e São José do Rio Preto (SP), que permite que os passageiros façam o check-in totalmente sem papel, dispensando a impressão do cartão de embarque.

Enquanto implementamos inovações em várias frentes, preservamos o nosso passado. Acreditamos que a nossa cultura, sintetizada pelo Espírito de Servir, é o que nos levará ao futuro. Com essa visão, em junho do ano passado, reabrimos o Museu TAM, em São Carlos, no interior de São Paulo, uma obra que nos enche de orgulho. Agora, o museu está mais interativo, além de contar com melhor infraestrutura, oferecendo maior conforto aos visitantes. O Museu TAM dedica-se a preservar para as futuras gerações a história da aviação. Gostamos de dizer que o Museu é a materialização da nossa Paixão por Voar e Servir. Mas o importante é que ela não fica apenas guardada lá. Está presente em tudo o que fazemos e no nosso compromisso com a segurança e com a qualidade, que renovamos neste novo período de 2011.

Marco Antonio Bologna

Presidente

TAM S.A.

Balanco Patrimonial

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora			Passivo	Nota	Controladora		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			(Ajustado (*)	(Ajustado (**))			(Ajustado (**))	(Ajustado (**))	
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa.....	7	113.913	131.952	46.222		22			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....	8	125.905	288.989	361.914	19	347.800	184.502	28.542	
Contas a receber.....		2.000				2.848	40	107	
Juros sobre capital próprio a receber.....	15	141.103	223.001	47.057	24 (c)	152.046	233.985	599	
Tributos a recuperar.....		42.790	35.852	26.650		19		36	
Despesas do exercício seguinte.....		343	403	809		514.771	428.181	35.190	
		426.054	680.197	482.652					
Não circulante									
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	13	15.531	15.164	15.769					
Partes relacionadas.....	15	16.504	18.714			43	332.804	500.536	
Depósitos judiciais.....		174				514.814	760.985	535.726	
Outros ativos não circulantes.....			41	877					
Investimentos em controladas.....	16	2.478.464	1.337.497	325.694	24	819.892	675.497	675.497	
		2.510.673	1.371.416	342.340		120.605	99.244	88.783	
						895.592	402.141		
						585.824	113.746	135.680	
								(610.694)	
Total do ativo.....		2.936.727	2.051.613	824.992		2.421.913	1.290.628	289.266	
						2.936.727	2.051.613	824.992	

(*) Ver nota 38.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	Nota	Consolidado			Passivo	Nota	Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			(Ajustado (**))	(Ajustado (**))			(Ajustado (**))	(Ajustado (**))	
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa.....	7	1.012.220	1.075.172	671.785		522.364	430.982	486.095	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....	8	1.407.698	1.011.022	1.242.271	19	1.572.093	1.244.685	910.153	
Contas a receber.....	9	1.556.781	1.121.979	1.157.239		466.831	307.607	317.951	
Estoques.....	10	198.760	195.092	169.422	20	1.801.181	1.698.321	1.105.719	
Tributos a recuperar.....		57.557	99.268	120.712		308.189	179.662	246.338	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		18.424				14.339			
Despesas do exercício seguinte.....		162.788	148.910	149.281		152.293	233.985	599	
Instrumentos financeiros derivativos.....	11	9.895			11	20.574	235.727	1.021.928	
Outros ativos circulantes.....		81.234	141.977	97.944	21	135.658	123.696	149.091	
		4.505.357	3.793.420	3.608.564		4.993.522	4.454.665	4.237.874	
Ativo não circulante disponível para venda.....									
					19	5.786.848	5.924.737	7.178.873	
Total do circulante.....		4.505.357	3.793.420	3.670.788		11.586	6.288	107.057	
					20	66.420	100.169	369.210	
					22	204.271	666.573	947.800	
					23	416.675	319.671		
					13	111.178			
					21	237.472	173.946	282.992	
						6.838.150	7.191.384	8.885.932	
						11.831.672	11.646.049	13.123.806	
Não circulante									
Caixa restrito.....		98.305	79.370						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....	8	50.280							
Depósitos em garantia.....	12	51.778	59.520	116.135					
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	13		193.876	839.443					
Pré pagamento de manutenção.....	14	410.306	408.628	383.593					
Outros ativos não circulantes.....		20.595	29.542	157.904					
Instrumentos financeiros derivativos.....	11	6.568							
Imobilizado.....	17	8.711.850	8.134.028	8.097.351					
Intangível.....	18	604.024	241.701	152.092					
		9.953.706	9.146.665	9.746.518					
Total do ativo.....		14.459.063	12.940.085	13.417.306		2.421.913	1.290.628	289.266	
						205.478	3.408	4.234	
						2.627.391	1.294.036	293.500	
						14.459.063	12.940.085	13.417.306	

(*) Ver nota 4.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



TAM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.832.635/0001-18

A STAR ALLIANCE MEMBER



Demonstração do Resultado

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		(Ajustado (*)		(Ajustado (**))
28			11.378.691	9.765.506
29	(18.894)	(4.020)	(10.401.678)	(9.555.632)
16 (a)	675.821	1.271.134		
Receita				
Despesas operacionais (**)				
Resultado da equivalência patrimonial em controladas				
Lucro operacional antes das variações do valor justo de derivativos de combustível				
Variações do valor justo de derivativos de combustível	656.927	1.267.114	977.013	209.874
			36.585	316.852
	656.927	1.267.114	1.013.598	526.726
Receitas financeiras (**)	33.776	33.755	1.774.489	2.412.686
Despesas financeiras	(49.123)	(53.704)	(1.672.103)	(1.041.414)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social	641.580	1.247.165	1.115.984	1.897.998
	(4.160)	(387)	(447.054)	(649.539)
Lucro líquido do exercício				
	637.420	1.246.778	668.930	1.248.459
Atribuído aos				
Acionistas da Companhia			637.420	1.246.778
Participação dos não controladores			31.510	1.681
Lucro por ação (ordinárias e preferenciais) em R\$				
Básico	33		4,22	8,30
Diluído	33		4,20	8,29

(*) Ver nota 38.
(**) Ver nota 4
(***) Inclui reversão do adicional tarifário conforme nota 22 (b)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
28 (a)				
Receitas				
Vendas de serviços			11.798.783	10.139.141
Outras receitas		66	93.668	91.875
Provisão para devedores duvidosos			(17.912)	(5.733)
		66	11.874.539	10.225.283
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados		(1.091)	(3.558.587)	(3.343.940)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.212)	(1.521)	(2.861.756)	(1.564.983)
	(13.212)	(2.612)	(6.420.343)	(4.908.923)
Valor adicionado bruto				
	(13.212)	(2.546)	5.454.196	5.316.360
Retenções				
Depreciação e amortização	29		(699.769)	(602.192)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade				
	(13.212)	(2.546)	4.754.427	4.714.168
Recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	16 (a)	675.821	1.271.134	
Receitas financeiras	31	33.776	33.755	1.774.489
				2.412.686
Valor adicionado total a distribuir (retido)				
			696.385	1.302.343
			696.385	1.302.343
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal			4.555	1.371
Remuneração direta				1.620.085
Benefícios			4	185.025
FGTS			130	112.620
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		9.515	490	1.778.472
Estaduais				32.327
Municípios		441		29.614
Remuneração de capital de terceiros				
Aluguéis		42.821		471.118
Outros		1.499	53.704	1.630.725
Remuneração do capital próprio				
Juros sobre capital próprio				24.998
Dividendos propostos		151.387	211.724	151.387
Lucros retidos		486.033	1.010.056	1.010.056
Participação dos acionistas não controladores				31.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		(Ajustado (*)		(Ajustado (**))
	637.420	1.246.778	668.930	1.248.459
Outros componentes do resultado abrangente	(469)	(20.103)	(469)	(20.103)
Perda na conversão de investimentos no exterior	(469)	(20.103)	(469)	(20.103)
Total do resultado abrangente do exercício				
	636.951	1.266.675	668.461	1.228.356
Atribuído aos				
Acionistas companhia			636.951	1.226.675
Participação dos não controladores			31.510	1.681

(*) Ver nota 38.
(**) Ver nota 4
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Em 1º de janeiro de 2009	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Mudança de prática contábil - Nota 38				
Em 1º de janeiro de 2009 - ajustado				
Lucro líquido do exercício - ajustado				
Outros resultados abrangentes				
Perda na conversão de investimentos no exterior				
Total do resultado abrangente				
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				
Plano de opções de compra de ações			11.409	
Cancelamento da opção de compra de ações			(948)	
Juros sobre capital próprio R\$ 166,45 (por lotes de mil ações em circulação)				948
Reserva legal				(24.998)
Dividendos R\$ 1.409,76 (por lotes de mil ações em circulação)				(49.134)
Transferência para reserva de retenção de lucros				(211.724)
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas				
Outros				(353.007)
Em 31 de dezembro de 2009 - ajustado				
	675.497	74.946	(11.370)	35.668

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2009 - ajustado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro do exercício				
Outros resultados abrangentes				
Perda na conversão de investimentos no exterior				
Total do resultado abrangente				
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				
Aumento de Capital (Nota 1.3)	144.395			144.395
Plano de opções de compra de ações			15.999	15.999
Venda de ações em tesouraria			5.362	3.355
Constituição de reserva legal				(31.871)
Dividendos propostos R\$ 1.001,34 (por lotes de mil ações em circulação)				(151.387)
Ganho de capital na alienação de participação societária (Nota 1.1)				489.115
Transferência para reserva de retenção de lucros				(463.587)
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas				
Outros				(9.299)
Reversão da reserva de reavaliação de controladora no exterior - Mercosur				(7.269)
Em 31 de dezembro de 2010				
	819.892	74.946	(6.008)	51.667

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Em 1º de janeiro de 2009	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Reclassificação				
Mudança de prática contábil - Nota 4				
Em 1º de janeiro de 2009 - ajustado				
Lucro líquido do exercício - ajustado - Nota 4				
Outros resultados abrangentes				
Perda na conversão de investimentos no exterior				
Total do resultado abrangente				
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				
Plano de opções de compra de ações			11.409	
Cancelamento da opção de compra de ações			(948)	
Juros sobre capital próprio R\$ 166,45 (por lotes de mil ações em circulação)				948
Reserva legal				(24.998)
Dividendos R\$ 1.409,76 (por lote de mil ações em circulação)				(49.134)
Transferência para reserva de retenção de lucros				(211.724)
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas				
Outros				(1.831)
Em 31 de dezembro de 2009 - ajustado				
	675.497	74.946	(11.370)	35.668

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2009 - ajustado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício				
Outros resultados abrangentes				
Perda na conversão de investimentos no exterior				
Total do resultado abrangente				
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				
Aumento de Capital (Nota 1.3)	144.395			144.395
Plano de opções de compra de ações			15.999	15.999
Venda de ações em tesouraria			5.362	3.355
Constituição de reserva legal				(31.871)
Dividendos propostos R\$ 1.001,34 (por lotes de mil ações em circulação)				(151.387)
Ganho de capital na alienação de participação societária (Nota 1.1)				489.115
Transferência para reserva de retenção de lucros				(463.587)
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas				
Outros				(9.299)
Reversão da reserva de reavaliação de controladora no exterior - Mercosur				(7.269)
Em 31 de dezembro de 2010				
	819.892	74.946	(6.008)	51.667

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



TAM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.832.635/0001-18



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício sobre o patrimônio líquido das controladas no início do exercício são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício convertido à média das taxas de câmbio e as taxas de câmbio do fim do exercício.

As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado de outras reservas. No caso de alienação total ou parcial de uma participação na Companhia ou controlada, mediante venda ou como resultado de redução de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do lucro ou perda na alienação.

2.4 Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócio são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca de controle da adquirida. Os custos de transação, de uma combinação de negócios, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:
· Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 32/IAS 12 – Imposto de renda e CPC 33/IAS 19 – Benefícios aos Empregados;
· Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com o CPC 10/IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações na data de aquisição;· Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme CPC 31/IFRS 5 – Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme esta norma.

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado do exercício.

2.4.1 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa - UGC) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC e, posteriormente, aos outros ativos da mesma unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Caixa restrito

Caixa restrito representa depósitos em garantia com a finalidade de garantir algumas de suas operações de *hedge* e financiamentos de longo prazo.

2.7 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Embora a TAM faça uso de derivativos para atenuar os efeitos econômicos das variações das taxas de câmbio e dos preços internacionais do petróleo, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

2.8 Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (incluindo instrumentos financeiros derivativos) e empréstimos e recebíveis. Não há ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido reconhecido em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado em que a operação protegia foi contabilizada.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive Contas a receber de clientes, Caixa e equivalente de caixa e Outras contas a receber) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, com exceção de alguns investimentos de curto prazo que se enquadram na definição de ativos ao valor justo por meio do resultado. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

2.8.1 Mensuração de ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido vendidos. No último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O valor justo dos investimentos para os quais existe negociação no mercado se baseia nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros em que não há negociação no mercado, a TAM estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Tais técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.8.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa estimados desse ativo.

Os critérios utilizados para determinar se há uma evidência objetiva de uma redução ao valor podem incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após um período de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.9 Contas a receber

As Contas a receber são contabilmente reconhecidas pelo valor justo no momento inicial e posteriormente avaliadas ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, menos provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, a Companhia reconhece as Contas a receber pelo montante original de venda. Uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber. O total da provisão para perdas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor da provisão para perdas na realização é reconhecido na demonstração do resultado. Quando um título é considerado incobrável, este é baixado tendo como contrapartida a provisão para perdas na realização. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.10 Estoques

Os estoques compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem usados nas atividades de manutenção e reposição, são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor de realização, líquido das provisões para reduzir o valor de itens obsoletos.

2.11 Intangível

(a) Software e projetos de TI

As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos internamente incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software e outros custos diretos. O software é capitalizado como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a 5 anos.

(b) Outros ativos intangíveis

Incluem valores relativos a: (a) direito de uso de operação de aeroporto (slots) decorrente da aquisição da Panfalan em março de 2010 fundamentado na exclusão de voos regulares a partir dos aeroportos objeto do direito adquirido (ver "Aquisição Panfalan"); (b) aquisição da marca "TAM" ocorrida em julho de 2010 no contexto da aquisição da TAM Milor (ver "Aquisição TAM Milor"); e (c) licenças e outros direitos contratuais adquiridos de terceiros, que são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

O valor contábil dos intangíveis é analisado para verificar se há redução ao valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável, ou quando os ativos intangíveis ainda não começaram a ser usados e amortizados.

2.12 Imobilizado

Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição, custo reavaliado, ou ao custo histórico de aquisição ajustado pelos efeitos da hiperinflação, nos anos em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

Terrenos não sofrem depreciação. A depreciação dos ativos é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o custo dos ativos menos seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil estimada dos itens utilizada no cálculo da depreciação é como segue:

	Anos
Equipamentos de voos - aeronaves.....	6 - 30
Equipamentos de voos - motores.....	10
Manutenções.....	4 - 6
Edifícios.....	25
Máquinas e equipamentos.....	10
Computadores.....	5

Os gastos com manutenções, incluindo peças de reposição e custos de mão-de-obra, são capitalizados e amortizados ao longo do prazo médio esperado entre as manutenções de, de acordo com o método *built-in-overhaul*. Todas as outras peças de reposição e outros custos relacionados à manutenção de ativos de equipamentos de voos, inclusive no âmbito de contratos de manutenção "power by the hour", são reconhecidas no resultado do exercício, à medida que são incorridos, exceto o que as despesas são incorridas, conforme descrito na nota 2.25.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição de ativos qualificáveis, os quais levam, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificação de possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando ativos reavaliados são vendidos, o valor incluído na reserva de reavaliação é transferido para lucros acumulados.

(a) Pré pagamento de aeronaves

Os pré-pagamentos de aeronaves (*Pre-delivery Payments* - PDPs) realizados aos fabricantes de aeronaves, nos termos de contratos de compra, são originalmente em dólares e reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor pago convertido à taxa de câmbio vigente na data do pagamento. Os custos de contratação de empréstimos, incluindo juros e diferenças cambiais aplicáveis, incorridos na construção de ativos qualificados, são capitalizados até o momento da entrega das aeronaves.

Na hipótese de a TAM decidir não adquirir a aeronave, mas arrendá-la, e houver acordo que os PDPs serão reembolsados à TAM, tais valores serão reclassificados para "Outras contas a receber" e trazidos ao valor presente do valor esperado de reembolso à TAM. Tal valor, se expresso em moeda estrangeira, é convertido à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras e a eventual diferença resultante é reconhecida na demonstração do resultado.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.14 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período ou em um (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Os fornecedores são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, devido à natureza de curto prazo da maioria dos fornecedores, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.15 Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos, *sênior notes* e debêntures) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a TAM tenha um direito incondicional de não realizar a liquidação do passivo por no mínimo 12 meses após a data de balanço.

As debêntures não conversíveis e *bônus seniores* são registrados da mesma maneira que os empréstimos.

2.16 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo. Os custos de transação são lançados como despesa à medida que são incorridos.

Embora a TAM faça uso de derivativos para atenuar os efeitos econômicos das variações das taxas de câmbio e dos preços internacionais do petróleo, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). As mudanças de valor justo de instrumentos financeiros são imediatamente lançadas contra o resultado.

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo de derivativos de combustível são apresentados separadamente na demonstração do resultado.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço dos países em que as controladas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável difere à margem à interpretação, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

O método de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente (notas 13 e 32).

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração revisa anualmente essas projeções.

2.18 Receita diferida

As contas de receita diferida abrangem transportes a executar, ganhos em transações de *sale and leaseback* (Nota 2.24) e receita relacionada a Multiplus Fidelidade (Nota 2.26).

A receita decorrente do Multiplus Fidelidade é avaliada pelo seu valor justo no momento inicial, em contrapartida as contas a receber e são reconhecidas ao resultado à medida que os pontos do programa são resgatados.

A conta "Transportes a executar" é composta por bilhetes vendidos nos últimos 12 meses e ainda não utilizados. Esses valores são reconhecidos como receita quando o serviço é efetivamente prestado ou quando os bilhetes expiram.

2.19 Provisões

A TAM reconhece provisões quando tem uma obrigação legal ou construtiva resultante de eventos passados, sendo provável um desembolso futuro de recursos para liquidar a obrigação. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões são apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correspondentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.20 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação dos lucros e certos indicadores operacionais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(b) Remuneração baseada em ações

A TAM oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 30.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição do objetivo de lucro serão atendidas), reduzido pelo impacto de qualquer condição não relacionada ao mercado durante o período de carência (por exemplo, objetivos de lucratividade ou aumento de vendas). Essas condições não relacionadas ao mercado são incluídas nas premissas utilizadas para definição do número de opções esperadas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

Quando as opções exercidas são liquidadas com ações em tesouraria, os recursos recebidos, líquidos de qualquer custo associado a essa transação, são creditados em ações em tesouraria e qualquer diferença entre o valor contábil das ações em tesouraria concedidas ao empregado e o preço de exercício das opções é reconhecida contra a rubrica de lucros acumulados.

(c) Planos de pensão

A Companhia patrocina apenas planos de contribuição definida. A TAM não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é realizada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.21 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incorridos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia ou controlada compra as ações da Companhia (ações em tesouraria), o montante pago, incluindo quaisquer custos incrementais diretamente relacionados (líquido do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.22 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. As demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios dispostos no estatuto social da Companhia, de 25% do lucros contábil. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.23 Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

2.24 Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos mercantis nos quais a TAM assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Todos os outros tipos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional. O arrendamento mercantil financeiro é capitalizado no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada um dos pagamentos do arrendamento é alocado ao passivo e a encargos financeiros, sendo as correspondentes obrigações de arrendamento, líquidas dos encargos financeiros, incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelo prazo de vida útil do ativo ou pelo período contratual do arrendamento, dos dois o menor.

Os pagamentos efetuados no âmbito de arrendamentos operacionais são debitados à demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

Os ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

2.25 Manutenção de aeronaves e motores

Contratos de manutenção de motores suportam toda a atividade significativa de manutenção de motores. A Companhia reconhece as despesas de manutenção de motores quando incorridas. A base para determinar quando as despesas de manutenção são consideradas incorridas depende da natureza dos serviços prestados:

- Contratos designados como *time and material*: contratos em que os valores são devidos aos prestadores da manutenção, e reconhecidos na demonstração do resultado, de acordo com as atividades de manutenção efetivamente realizadas. Os custos incorridos correspondem ao valor efetivo do tempo gasto em manutenção adicionado ao custo de materiais e componentes utilizados.
- Contratos designados como *power-by-the-hour*: contratos em que determinados valores são devidos ao prestador da manutenção com base em horas voadas. É reconhecido um passivo e uma correspondente despesa na demonstração do resultado pelas horas de voo dos equipamentos.

2.26 Receita

As receitas de transporte aéreo (passageiros e carga) são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. A receita referente a bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados (vendas antecipadas de bilhetes) são tratadas como receitas diferidas, classificadas no passivo circulante. A receita proveniente de bilhetes não utilizados é reconhecida na data de expiração do bilhete, que é 12 meses após a data de sua emissão.

A Companhia patrocina programa de premiação para passageiros frequentes (Programa Fidelidade), cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros. Os pontos concedidos no Programa Fidelidade quando os passageiros utilizam voos TAM ou de companhias parceiras são reconhecidos como um componente separado e identificável da receita, com base no seu valor justo estimado. Esta receita é diferida na data em que o bilhete é vendido, sendo esta reconhecida no resultado do exercício, líquida dos pontos que considera que não serão resgatados, quando os pontos são resgatados e os passageiros transportados.

Conforme mencionado na nota 1, a Companhia transferiu, a partir de 1º de janeiro de 2010, a administração do programa fidelidade para a sua controlada Multiplus. A partir de 1º de janeiro de 2010 os pontos passaram a ser emitidos pela Multiplus, que venderá os pontos para a TAM. A TLA mantém a responsabilidade pelas trocas dos pontos emitidos até 31 de dezembro de 2009.

A receita de pontos vendidos para terceiros é reconhecida, inicialmente, como receita diferida e reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados por prêmios ou, no caso de pontos que se estima que não serão resgatados são reconhecidos no prazo de validade dos pontos de dois anos. Outras receitas operacionais, representadas por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, sub-arrendamento de aeronaves, serviços de manutenção fornecidos a outras companhias aéreas e outros serviços, são reconhecidas quando o serviço é prestado.

A receita de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva, levando em conta o principal em aberto e as taxas de juros vigentes até o vencimento ou a data de encerramento do exercício.

2.27 Informações sobre segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor Presidente.

A partir de 1º de janeiro de 2010, como resultado da criação da Multiplus, com uma estrutura de relatório separada da TAM, a estrutura de relatório foi revisada, e desde então, a TAM passou a ter dois segmentos operacionais a serem reportados: Aeroviário e Programa Fidelidade.

As demonstrações financeiras individuais da controladora possuem um único segmento operacional.

<

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Principais exigências	Aplicações
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado. Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008). (b) Mensuração de participações não controladoras A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS. (c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicada retroativamente. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente, a partir da data em que a entidade aplicar o IFRS 3. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente.
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Ênfase na interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas"	Esclarece que as consequências alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em Joint Ventures", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: · circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; · transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; · mudanças na classificação dos ativos financeiros; e · mudanças nos passivos e ativos contingentes.	1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente.

3. Estimativas contábeis e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. As estimativas contábeis, por definição não são iguais aos correspondentes resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajuste relevante no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte são discutidas abaixo.

3.1 Reconhecimento de receitas

A receita referente ao programa fidelidade é diferida com base no número de pontos em aberto e a taxa média histórica de pontos não resgatados (breakage) dos últimos 12 meses. O valor justo dos pontos emitidos para participantes quando voam pela TAM ou companhias parceiras é apurado com base na média ponderada do valor dos pontos vendidos a parceiros comerciais e o valor das passagens gratuitas concedidas a passageiros. Adicionalmente, o diferimento da receita depende da estimativa da quantidade de pontos a serem cancelados quando expiram após dois anos da data de emissão.

3.2 Impostos diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

3.3 Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota 21. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento do passado que seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.4 Instrumentos financeiros usados para reduzir os riscos de variações nos preços de combustível de aviação

A TAM registra os instrumentos financeiros utilizados para reduzir os riscos de variações nos preços de combustível de aviação pelo valor justo, com base em cotações de mercado de instrumentos semelhantes. São utilizados instrumentos financeiros derivativos com o intuito de reduzir o risco decorrente de variações nesses preços. A sensibilidade aos movimentos no preço do óleo é discutida na nota 5.

4. Ajustes retroativos às demonstrações financeiras consolidadas de períodos anteriores
Conforme mencionado na nota 2.1 (a), em 31 de dezembro de 2010, a Companhia decidiu pela mudança na política contábil relativa ao reconhecimento da reavaliação dos equipamentos de voos em suas demonstrações financeiras consolidadas de modo que os resultados e o patrimônio líquido consolidados sejam iguais aos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da sua controladora porque a lei societária brasileira não permite a reavaliação de ativos. Tal mudança na política contábil tem efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para fins comparativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 anteriormente emitidas, os quais foram considerados relevantes. Os efeitos dos ajustes retroativos em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 são assim apresentados:

	31/12/2009		
	Saldo publicado	Ajustes retrospectivos	Saldo ajustado
Efeitos no balanço patrimonial			
Imobilizado	6.910.496	1.223.532	8.134.028
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	621.788	(427.912)	193.876
Total	7.532.284	795.620	8.327.904
Reserva de reavaliação	116.504	(116.504)	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(428.577)	912.124	(478.323)
Total	(312.073)	795.620	483.547
			1º/01/2009
	Saldo publicado	Ajustes retrospectivos	Saldo ajustado
Efeitos no balanço patrimonial			
Imobilizado	9.663.452	(1.566.101)	8.097.351
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	306.969	532.474	839.443
Total	9.970.421	(1.033.627)	8.936.794
Reserva de reavaliação	1.146.829	(1.146.829)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	108.774	23.597	132.371
Prejuízos acumulados	(700.299)	89.605	(610.694)
Total	555.304	(1.033.627)	(478.323)

	31/12/2010		
	Saldo publicado	Ajustes retrospectivos	Saldo ajustado
Efeitos no resultado			
Despesas operacionais	(9.595.826)	40.194	(9.555.632)
Ganhos (perdas) na reavaliação de aeronaves	(1.207.608)	1.207.608	-
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	650.196	1.247.802	1.897.998
Imposto de renda e contribuição social	(212.781)	(436.758)	(649.539)
Lucro líquido do exercício	437.415	811.044	1.248.459
Lucro líquido por ação - básico	2,90	8,30	8,30
Lucro líquido por ação - diluído	2,90	8,29	8,29
Efeitos no resultado abrangente do exercício			
Reavaliação no imobilizado	(1.017.255)	1.017.255	-
Lucro líquido do exercício	437.415	811.044	1.248.459
Resultado abrangente do exercício	(599.944)	1.828.299	1.228.356

5. Instrumentos financeiros

5.1 Gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros: riscos de crédito, riscos de liquidez e os riscos de mercado atrelados aos efeitos das mudanças de preço de combustível, da taxa de câmbio e da taxa de juros.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada que define as regras e permite ao Departamento de Tesouraria realizar operações envolvendo instrumentos derivativos a fim de reduzir o impacto que potenciais flutuações no preço de combustível e taxas de câmbio e juros possam ter no fluxo de caixa. A gestão dos riscos é monitorada pelo Comitê de Riscos que, entre outras atribuições:

- Decidir sobre aumento dos níveis percentuais de proteção baseado em questões estratégicas da Companhia e monitorar o comparativo entre os cenários orçados, Companhia e mercado;
- Gerenciar e administrar a exposição de riscos;
- Monitorar o cumprimento da política de riscos financeiros;
- Deliberar sobre o nível de exposição de riscos de mercado;
- Estabelecer limites financeiros a todas as instituições autorizadas a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos; e
- Monitorar o desempenho das operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pela Companhia considerando o impacto sobre o fluxo de caixa e análise de custo/benefício de cada posição tomada. O controle sobre o uso de derivativos inclui assegurar que as taxas em contratos de derivativos sejam compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

5.1.1 Riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado em decorrência de suas atividades comerciais normais. Os riscos de mercado dizem respeito, sobretudo, a variações de taxas de juros, de câmbio e preços de querosene de aviação. Tais variações podem afetar negativamente o seu fluxo de caixa e despesas futuras. O risco de mercado é uma possível perda decorrente de variações nos preços de variáveis de mercado (taxas de câmbio, juros, preços de commodities etc.) que afetem o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia firmou contratos de derivativos com a finalidade de reduzir os riscos provenientes de variações de alguns desses fatores. Foram implementadas políticas e procedimentos para avaliar os referidos riscos e monitorar as operações com derivativos. A Política estabelece, entre outros pontos, níveis mínimo e máximo de proteção, e *investment grade* como pré requisito mínimo das contrapartes das operações com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de preço de combustível

Um dos mais importantes riscos financeiros das empresas aéreas é a volatilidade do preço do combustível. O preço do querosene de aviação (QAV) está atrelado à variação da cotação de petróleo no mercado internacional. A Companhia gerencia esse risco por meio de estratégias de contratação de instrumentos financeiros derivativos os quais visam proporcionar proteções contra súbitos e significantes aumentos no preço de petróleo assegurando, deste modo, a competitividade da Companhia. O Comitê de Risco estabeleceu política, aprovada pelo Conselho de Administração, para atingir esse objetivo. A política determina a realização de operações com derivativos cobrindo no máximo 60% do consumo projetado de combustível para os próximos 24 meses e patamares mínimos de 20% do consumo projetado para os 12 primeiros meses e 10% para os 12 meses seguintes. Swaps, opções ou uma combinação desses instrumentos financeiros, tendo como subjacentes o petróleo bruto, óleo para aquecimento ou querosene de aviação, podem ser utilizados para atingir as metas propostas.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia para proteção contra variação do preço de combustível são baseados, principalmente, em petróleo cru (tipo *West Texas Intermediate* - WTI). A escolha deste subjacente baseou-se em estudos que comprovam que o instrumento financeiro derivativo de QAV baseado em WTI é, historicamente, altamente efetivo, além da elevada liquidez dos instrumentos financeiros referenciados em WTI. Em 31 de dezembro de 2010, todos os instrumentos financeiros contratados foram da variedade de balanço (*over the counter*).
A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos somente com contrapartes cuja classificação, atribuída pelas agências de risco *Standard & Poors*, *Fitch* e *Moody's*, seja, no mínimo, *investment grade*.

Como o volume consumido de combustível não é totalmente protegido por meio de derivativos, aumentos no preço do combustível não serão integralmente compensados pelos ajustes dos derivativos. Da mesma forma, as reduções terão impacto líquido positivo para a Companhia, tendo em vista que estes não serão totalmente compensados pelos ajustes dos derivativos.

O combustível de aviação consumido em 2010 e 2009 representou 33,2% e 29,0% dos custos dos serviços prestados da Companhia (Nota 29).

(b) Reestruturação dos derivativos em 2010

Em 2010, a Companhia realizou nova reestruturação de algumas de suas operações de derivativos, cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ (221) milhões. A reestruturação consistiu (i) na redistribuição de datas de vencimento durante um período mais longo, ampliando o horizonte de proteção dos derivativos; e (ii) redução dos preços de exercício. Com esta ação, a Companhia buscou alongar o período de cobertura das operações com instrumentos financeiros derivativos, enquanto seu nível de derivativos aos mínimos exigidos pela política interna.
O perfil da cobertura foi distribuído ao longo de 2011 e 2012, incluindo uma pequena cobertura no primeiro trimestre de 2013. Para os próximos 12 meses, a partir de 31 de dezembro de 2010, a cobertura terá uma abrangência de 25% do consumo antecipado. Atualmente, o valor médio para as mesmas transações no período é de US\$ 87 por barril. Para o período superior a 12 meses a abrangência será de 15%, com o valor médio de US\$ 93 por barril. A reestruturação das operações com instrumentos financeiros derivativos ocorridas em 2010 e 2009 representaram, até o momento, uma redução de aproximadamente US\$ 75 milhões em liquidações (não auditado).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como proteção para mudanças nos preços de combustível foram registrados ao valor justo, com o reconhecimento no resultado dos ganhos e perdas não realizados. Os derivativos reestruturados continuam a ser mensurados pelo valor justo e, como resultado, o impacto da reestruturação foi reconhecido em ganhos e perdas com parte da reavaliação do valor justo dos derivativos.

(b.1) Derivativos em circulação:

O percentual de cobertura antecipada dos instrumentos financeiros derivativos para os próximos 12 meses e o valor médio dos contratos de derivativos em aberto são apresentados a seguir:

	2009	2010	2011	2012	2013	Total
% de cobertura antecipada para os próximos 12 meses	25%	23%	23%	47%		
Valor médio dos contratos derivativos em circulação	US\$ 87/bbl	US\$ 115/bbl	US\$ 104/bbl	US\$ 93/bbl		
Valor de Mercado do WTI	US\$ 89/bbl	US\$ 79/bbl	US\$ 45/bbl			

	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Em 31 de dezembro de 2010						
Valor Notional - milhares de barras	3.985	2.710	150	6.845		
Valor Justo, líquido - R\$ mil	(9.791)	(8.536)	(182)	(18.509)		
Em 31 de dezembro de 2009						
Valor Notional - milhares de barras	3.429	145		3.574		
Valor Justo - R\$ mil	(214.673)	(6.288)		(220.961)		
Em 1º de janeiro de 2009						
Valor Notional - milhares de barras	7.200	800		8.000		
Valor Justo - R\$ mil	(1.021.928)	(107.057)		(1.128.985)		

A distribuição do valor justo por classificação de crédito das contrapartes em 31 de dezembro de 2010 é apresentada a seguir:

Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Price, Moody's ou Fitch)	Local de negociação	Valor justo dos derivativos
AAA*	Over the counter	(23.342)
AA+, AA ou AA-	Over the counter	3.871
A+, A ou A-	Over the counter	274
		(19.397)
Derivativo de combustível ativo - WTI		16.463
Derivativo de combustível passivo - WTI		(34.972)
Derivativo de combustível - líquido - WTI		(18.509)
Derivativo de Câmbio - vide (c) abaixo		(888)

(* Os ratings podem estar expressos tanto na escala global quanto em moeda nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o rating. A tabela acima unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida.

(c) Risco de taxa de câmbio

Uma parcela significativa dos custos e despesas operacionais, como serviços de manutenção de aeronaves e motores, pagamentos de arrendamento de aeronaves e seguro de aeronaves, é expressa em dólares. A Companhia pode firmar contratos de derivativos para proteger-se contra uma possível valorização ou desvalorização do Real frente ao dólar americano.

Os instrumentos derivativos com o respectivo *notional* e valor justo são apresentados a seguir:

	2010	2011	2012
Em 31 de dezembro de 2010			
Valor Notional - US\$			31.000
Valor Justo - R\$ (nota 4.4)			(888)
Em 31 de dezembro de 2009			
Valor Notional - US\$	31.240		
Valor Justo - R\$	(21.054)		

(d) Risco de taxa de juros

Os resultados da TAM são afetados por variações nas taxas de juros devido ao impacto de tais variações sobre a despesa de juros incidentes sobre instrumentos de dívida a taxas variáveis, contratos de arrendamento a taxas variáveis e receita de juros gerada pelos saldos de caixa e aplicações de curto prazo. Para minimizar os possíveis impactos de flutuações das taxas de juros, a TAM adotou uma política de diversificação, efetuando contratações de operações tanto em taxas fixas quanto em variáveis como LIBOR - *London Interbank Offered Rate* e CDI - Certificado de Depósito Intermediário.

(e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia deve apresentar uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstre o impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado da Companhia, considerando os seguintes elementos:

- Aumento e queda de 10 pontos percentuais no preço do combustível, mantendo-se constante as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constante todas as demais variáveis; e
- Aumento e queda de um ponto percentual na taxa de juros, mantendo-se constante todas as demais variáveis.

Preço do combustível:

Um aumento/diminuição hipotéticos de 10% no preço do WTI, levaria a um aumento/diminuição de aproximadamente US\$ 10,4 milhões / US\$ 11,5 milhões (equivalente a R\$ 17,4 milhões / R\$ 19,1 milhões em 31 de dezembro de 2010) no valor justo dos derivativos de WTI. Tal aumento/diminuição afetaria diretamente os resultados financeiros da Companhia. Em termos de fluxo de caixa, contudo, essas variações no preço de WTI seriam compensadas por uma diminuição/aumento dos custos com combustível de aviação da Companhia e somente se concretizariam econômica e financeiramente nos seus respectivos vencimentos, distribuídos ao longo dos anos de 2011 a 2013.

Taxa de câmbio - Dólar:

Se ocorresse uma desvalorização/valorização de 10% do Real frente ao dólar americano, o resultado financeiro teria sido menor/maior em aproximadamente R\$ 535 milhões / R\$ 535 milhões, essencialmente em resultado de ganhos/perdas cambiais na conversão de contas a receber de clientes e empréstimos e financiamentos, e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado denominado em dólar americano.

Taxa de juros - LIBOR:

Um aumento hipotético de um ponto percentual nas taxas de juros de mercado externo (LIBOR) no período findo em 31 de dezembro de 2010 causaria um aumento da despesa de arrendamento financeiro e despesa de juros no período de aproximadamente US\$ 26 milhões (equivalente a R\$ 43 milhões). Um aumento hipotético de um ponto percentual nas taxas de juros de mercado doméstico (CDI) no período findo em 31 de dezembro de 2010 causaria um aumento da despesa de juros dos financiamentos e empréstimos, de aproximadamente R\$ 9 milhões.

Adicionalmente à análise de sensibilidade descrita acima, a Companhia deve apresentar uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais, direta ou indiretamente considerando os seguintes elementos, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08:

- O cenário provável é definido como o cenário esperado pela Administração e referenciada por fonte externa independente;
- O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros; e
- O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros.

(e.1) Preço do combustível

As operações com instrumentos financeiros derivativos referenciados em petróleo cru (WTI) em carteira própria têm finalidade de proteção do consumo do combustível. O comportamento dos preços do WTI é altamente correlacionado com os preços do combustível de aviação (QAV).

Nenhum dos instrumentos financeiros derivativos utilizados pela controlada TLA possui alavancagem, e como o volume consumido de combustível não é totalmente protegido por meio de derivativos, aumento e/ou diminuição nos preços do combustível não serão integralmente compensados pelos ajustes dos derivativos.

Devido às reestruturações realizadas e ao próprio vencimento de certas operações, e à inclusão de novas operações no livro, o *strike* médio atual é de US\$ 89,35/bbl.

O efeito das operações com instrumentos financeiros derivativos na geração de caixa da controlada TLA será comparado com a redução no custo do QAV relativo a um patamar similar aquêle (será adotado US\$ 90/bbl como referência). As projeções de preço do QAV foram construídas a partir de resultados de uma regressão linear simples.

Os efeitos líquidos da economia com combustível, em contrapartida dos desembolsos com as operações de instrumentos financeiros derivativos, para o ano de 2011, para cada cenário, são apresentados a seguir:

	Risco	Cenário I (mais provável)	Cenário II (queda 25%)	Cenário III (queda 50%)
Preço médio por barril	Alta do preço do QAV	US\$ 90/bbl R\$ (5.333)	US\$ 67,5/bbl R\$ 585.276	US\$ 45/bbl R\$ 1.125.877

(e.2) Taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2010, adotaremos como cenário provável a taxa de câmbio de fechamento de R\$ 1,6662 / US\$. A partir dos fluxos de caixa projetados para o ano de 2011, apuramos um incremento no fluxo de caixa decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

	25%	-25%	50%	-50%
	R\$ 2,083 / US\$	R\$ 1,25 / US\$	R\$ 2,499 / US\$	R\$ 0,833 / US\$
Contrato de arrendamento mercantil	(289.250)	289.250	(578.499)	578.499
FINIMP	(125.756)	125.756	(251.512)	251.512
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.231)	1.231	(2.462)	2.462
Bônus seniores	(21.088)	21.088	(42.176)	42.176
Pré-pagamentos de aeronaves	(102.941)	102.941	(205.883)	205.883
Total	(540.266)	540.266	(1.080.532)	1.080.532

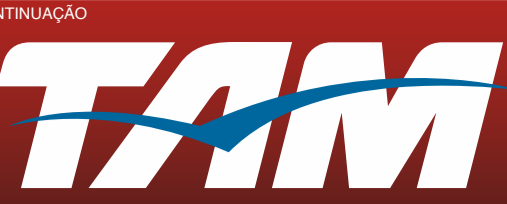
Em virtude da repactuação efetuada no primeiro trimestre de 2009, renovada no segundo trimestre de 2010, umas das contrapartes demandou um depósito denominado em dólares como garantia. Como não são admitidos depósitos em moeda estrangeira no Brasil, foi atrelado um CDB concedido em garantia um *Collar* convertendo o valor de resgate de R\$ para US\$.

A operação de *Collar* descrita acima é a única operação de proteção cambial detida pela Companhia em carteira própria em 31 de dezembro de 2010.

(e.3) Taxa de juros

Para análise de sensibilidade, adotaremos como cenário base a LIBOR (USDLIBOR 3 meses) observada em 31 de dezembro de 2010 (0,30% ao ano). Projetamos o impacto do fluxo de caixa para o ano de 2011 decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

|--|



TAM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.832.635/0001-18

A STAR ALLIANCE MEMBER



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	31/12/2010			31/12/2009			Consolidado 1º/01/2009		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Títulos públicos (1)	96.064		96.064	256.651		256.651	209.189		209.189
Títulos privados (2)		29.049	29.049		32.327	32.327		68.220	68.220
Outros depósitos (3)		792	792		11	11		381	381
Títulos Austríacos								84.124	84.124
Total	96.064	29.841	125.905	256.651	32.338	288.989	209.189	152.725	361.914
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Títulos públicos (1)	812.515		812.515	740.209		740.209	683.779		683.779
Títulos privados (2)		297.424	297.424		93.234	93.234		222.990	222.990
Certificados de depósito e outros depósitos - CDB (3)		34.199	34.199		46.696	46.696		11.164	11.164
Outros depósitos (3)		313.840	313.840		130.883	130.883		324.338	324.338
Total	812.515	645.463	1.457.978	740.209	270.813	1.011.022	683.779	558.492	1.242.271
Ativo financeiro derivativo									
Derivativo combustível - WTI (4)		16.463	16.463						
Total		16.463	16.463						
Derivativos de passivos financeiros									
Derivativo combustível - WTI (4)		(34.972)	(34.972)		(220.961)	(220.961)		(1.128.985)	(1.128.985)
Derivativo câmbio (4)		(888)	(888)		(21.054)	(21.054)			
Total		(35.860)	(35.860)		(242.015)	(242.015)		(1.128.985)	(1.128.985)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não houve transferência entre avaliações de valor justo entre os níveis de hierarquia.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(1) Títulos públicos - referem-se a títulos do Governo Brasileiro de alta liquidez que têm seus preços disponíveis e baseados em transações efetivas em mercado organizado.

(2) Títulos privados - referem-se, normalmente, a títulos de dívida para os quais o valor justo é determinado com base em transações efetivas em mercado organizado (quando há liquidez) ou em fluxo de caixa descontado, com base nas curvas de juros vigentes, quando não se observam transações efetivas.

(3) Certificados de depósito e outros depósitos - valor justo determinado com base nas curvas de juros vigentes e em emissões recentes similares.

(4) Instrumentos financeiros derivativos - usualmente, esses contratos não são negociados em mercado organizado, sendo contratos de mercado de balcão (over-the-counter). A Companhia estima o valor justo usando técnicas, tais como Black & Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou mesmo modelos de fluxo de caixa descontado, comumente usados no mercado financeiro, dependendo da natureza do derivativo. Todos os modelos usados são amplamente aceitos no mercado e refletem os termos contratuais do derivativo. Esses modelos não contêm um elevado grau de subjetividade, uma vez que as metodologias utilizadas nos modelos não admitem arbitrariedade, e todas as informações para o modelo são facilmente observáveis nos mercados organizados.

5.5 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

A administração do capital é feita por meio de índice de alavancagem. A estrutura do capital da Companhia é formada pelo seu endividamento líquido, definido como o total de empréstimos, debêntures e contratos de arrendamento (financeiro e operacional), líquido de caixa e equivalente de caixa e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido.

O capital não é administrado na controladora, somente no consolidado.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente.

Os índices de alavancagem são demonstrados a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Caixa e equivalentes de caixa	(1.012.220)	(1.075.172)	(671.785)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(1.457.978)	(1.011.022)	(1.242.271)
Empréstimos	615.040	497.288	401.568
Debêntures e bônus seniores	1.985.978	2.151.189	1.238.978
Arrendamento mercantil operacional (Nota 35)	1.120.697	1.512.986	2.479.786
Arrendamento mercantil financeiro	4.757.923	4.520.945	6.448.480
Endividamento líquido (1)	6.009.440	6.596.214	8.654.756
Total patrimônio líquido	2.627.391	1.294.036	293.500
Total capital (2)	8.636.831	7.890.250	8.948.256
Índice de alavancagem (1)/(2)	69,5%	83,6%	96,7%

A redução na proporção de alavancagem durante o período findo em 31 de dezembro de 2010 resultou de um aumento no patrimônio líquido da Companhia decorrente: (a) do resultado do exercício, (b) da captação de recursos da controladora Multiplus, (c) do aumento de capital decorrente da aquisição da TAM Milor. A Administração acredita que os recursos disponíveis à Companhia são suficientes para suas exigências atuais e serão suficientes para atender suas necessidades de investimento, com os aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, e outras exigências de caixa para o ano fiscal de 2011.

6 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	125.905	125.905	125.905
Contas a receber e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	2.000	2.000	2.000
Caixa e equivalentes de caixa	113.913	113.913	113.913
Total	115.913	125.905	241.818

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	288.989	288.989	288.989
Contas a receber e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	131.952	131.952	131.952
Caixa e equivalentes de caixa	131.952	288.989	420.941
Total	131.952	288.989	420.941

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	361.914	361.914	361.914
Contas a receber e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	46.222	46.222	46.222
Caixa e equivalentes de caixa	46.222	361.914	408.136
Total	46.222	361.914	408.136

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	347.800	347.800	347.800
Outros passivos financeiros	22	22	22
Total	347.800	347.822	347.822

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	517.306	517.306	517.306
Outros passivos financeiros	536	536	536
Total	528.542	528.542	528.542

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.457.978	1.457.978	1.457.978
Contas a receber e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	1.556.781	1.556.781	1.556.781
Caixa e equivalentes de caixa	1.012.220	1.012.220	1.012.220
Total	2.569.001	1.457.978	4.043.442

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.011.022	1.011.022	1.011.022
Contas a receber e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	1.121.979	1.121.979	1.121.979
Caixa e equivalentes de caixa	1.075.172	1.075.172	1.075.172
Total	2.197.151	1.011.022	3.208.173

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.242.271	1.242.271	1.242.271
Contas a receber e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	1.157.239	1.157.239	1.157.239
Caixa e equivalentes de caixa	671.785	671.785	671.785
Total	1.829.024	1.242.271	3.071.295

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.039.725	1.039.725	1.039.725
Total	5.560.670	5.560.670	5.560.670

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.111.464	1.111.464	1.111.464
Total	5.632.409	5.632.409	5.632.409

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	6.448.480	6.448.480	6.448.480
Outros passivos financeiros	710.436	710.436	710.436
Total	7.158.916	7.158.916	7.158.916

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	738.589	738.589	738.589
Total	5.259.534	5.259.534	5.259.534

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	804.046	804.046	804.046
Total	5.324.991	5.324.991	5.324.991

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930

	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado 1º/01/2009
Passivos mensurados ao custo amortizado	4.520.945	4.520.945	4.520.945
Outros passivos financeiros	1.128.985	1.128.985	1.128.985
Total	5.649.930	5.649.930	5.649.930



TAM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.832.635/0001-18

A STAR ALLIANCE MEMBER



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

14. Pré-pagamentos de manutenções

Os pré-pagamentos de manutenções são garantias ao proprietário das aeronaves e motores arrendados de que, ao recebê-lo, poderão restaurá-los a sua condição original. Alguns contratos de arrendamento de aeronaves exigem depósitos antecipados em uma conta restrita em favor do arrendador por conta das manutenções. Os saques desta conta podem ser efetuados pelo arrendador se a manutenção requerida das aeronaves e motores não for efetuada quando da sua devolução. Devido ao fato da TLA efetuar a manutenção das aeronaves ou de seus itens integrantes, tais como: casco, trem de pouso dentre outros, a TLA poderá solicitar ao arrendador a devolução da quantia correspondente. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos para esta finalidade totalizava R\$ 410.306 (2009 – R\$ 408.628 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 383.593).

15 Partes relacionadas

(a) Controladora	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
(i) Saldos			
Ativo circulante			
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber			
Multipius S.A.	896		
TAM Linhas Aéreas	140.207	223.001	47.057
	<u>141.103</u>	<u>223.001</u>	<u>47.057</u>
Ativo não circulante			
Mútuos com empresas ligadas			
Pantanal Linhas Aéreas S.A.	14.051		
TAM Linhas Aéreas	2.453	18.714	
	<u>16.504</u>	<u>18.714</u>	

(ii) Saldos	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Passivo circulante			
Partes relacionadas			
Multipius S.A.	22		
	<u>22</u>		
Passivo não circulante			
Partes relacionadas			
TAM Linhas Aéreas			536
			<u>536</u>

(i) Transações	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
As transações com partes relacionadas que afetaram os resultados estão assim representadas:			
Despesas administrativas			
Direito de uso da marca			
TAM Milor (i)	122	148	161

Resultado Financeiro
Mútuos com empresas ligadas
TAM Linhas Aéreas (400)

(i) Refere-se ao direito de uso da marca "TAM" junto à TAM Milor Taxi Aéreo, Representações, Marcas e Patentes S.A. ("TAM Milor"). Essa despesa foi incorrida até 30 de junho 2010 e está registrada na rubrica "Despesas administrativas".

(b) **Consolidado**
A Companhia é controlada pela TAM - Empreendimentos e Participações S.A. (empresa constituída no Brasil), de propriedade da família Amaro, que detém 89,42% das ações ordinárias e 24,67% das ações preferenciais da Companhia. As demais ações estão dispersas no mercado. Foram realizadas as transações de compra e venda de bens e serviços conforme segue:

(i) **Venda e compra de bens e serviços**
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a TLA recebeu da TAM Aviação Executiva S.A. ("TAM Marília"), a título de reembolso pela utilização de sua estrutura, em especial relacionadas às áreas de importação e recursos humanos, R\$ 153 (2009 – R\$ 65 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 130), registrado a crédito na rubrica "Custos dos serviços prestados". A TAM Marília possui acionistas indiretos comuns à TAM. Em 11 de maio de 2007, a TLA e a TAM Marília assinaram acordo de utilização compartilhada de um hangar localizado junto ao aeroporto de Congonhas, pelo período de 10 anos. A TLA pagou à TAM Marília a quantia de R\$ 15.500, pela qual poderá utilizar as instalações e a infra-estrutura do hangar com o objetivo de explorar as atividades do seu antigo terminal de cargas. O preço foi estabelecido com base em laudos de avaliações realizados por empresas independentes, refletindo o prêmio pela obtenção econômica que tal localização reverterá à TLA em sua atividade de cargas. O montante da amortização registrada em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.550 (2009 – R\$ 1.550 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 1.550).

A Companhia assinou, em março de 2005, contrato adquirindo o direito de uso da marca "TAM" junto à TAM Milor Taxi Aéreo, Representações, Marcas e Patentes S.A. ("TAM Milor"). Esse contrato possuía prazo de vigência idêntico ao da atual concessão de transporte aéreo regular de passageiros da TLA e previa uma remuneração mensal, corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP - M), que totalizou, no resultado até 30 de junho 2010 o montante de R\$ 11.151 (2009 – 16.665) na rubrica "Despesas administrativas". Com a aquisição da TAM Milor pela sua subsidiária TLA, em 13 de julho de 2010, essa despesa deixou de ser incorrida.

(ii) **Remuneração do pessoal-chave da administração**
O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração, presidente, vice-presidentes e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Salários	7.681	9.497	9.031
Participação nos lucros e bonificações	12.515	9.875	7.326
Remuneração baseada em ações	15.999	11.409	16.512
Outros benefícios de longo prazo		810	476
	<u>36.195</u>	<u>31.591</u>	<u>33.345</u>

16. Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos diretos – Controladora

	TLA	Mercosur	TP	Multipius	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 – publicado	505.532	79.295	30		584.857
Ajustes pela adoção dos CPCs (vide nota 38)	(259.163)				(259.163)
Saldos em 1º de janeiro de 2009 – ajustado	246.369	79.295	30		325.694
Resultado de equivalência patrimonial	1.239.455	31.807		(128)	1.271.134
Remuneração com base em ações	11.409				11.409
Variação cambial de controlada no exterior		(20.103)			(20.103)
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos e/ou pagos	(223.001)	(27.636)			(250.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 – ajustado	1.274.232	63.363	30	(128)	1.337.497

17. Imobilizado - consolidado

	Equipamentos de voo (i)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento (ii)	Pré-pagamentos de aeronaves (iii)	Outros (iv)	Total
Em 1º de janeiro de 2009 – ajustado	7.201.042	228.152	58.682	63.997	36.206	426.224	83.048	8.097.351
Custo total	9.032.153	262.535	140.061	110.489	36.206	426.224	151.484	10.159.152
Depreciação acumulada	(1.831.111)	(34.383)	(81.379)	(46.492)			(68.436)	(2.061.801)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2009 – ajustado	7.201.042	228.152	58.682	63.997	36.206	426.224	83.048	8.097.351
Aquisições (v)	462.966	2.488	10.219	25.953	5.973	172.185	39.149	718.933
Transferências	30.025				(30.025)			
Transferência de pré-pagamentos de aeronaves (v)						(138.287)		(138.287)
Alienações/baixas	(7.947)	(5.164)	(453)	(883)			(365)	(14.812)
Juros capitalizados							30.557	30.557
Depreciação	(506.622)	(5.506)	(20.702)	(11.346)			(15.538)	(559.714)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2009 – ajustado	7.179.464	219.970	47.746	77.721	12.154	490.679	106.294	8.134.028
Custo total	9.517.197	259.859	149.827	135.559	12.154	490.679	190.268	10.755.543
Depreciação acumulada	(2.337.733)	(39.889)	(102.081)	(57.838)			(83.974)	(2.621.515)
Saldo contábil, líquido	7.179.464	219.970	47.746	77.721	12.154	490.679	106.294	8.134.028
	Equipamentos de voo (i)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento (ii)	Pré-pagamentos de aeronaves (iii)	Outros (iv)	Total
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2009 – ajustado	7.179.464	219.970	47.746	77.721	12.154	490.679	106.294	8.134.028
Imobilizado adquirido na compra da Pantanal ao valor justo (vi)	13.208		90	71			612	13.981
Transferência de pré-pagamento de aeronaves (v)	155.577					(306.066)	3	(150.486)
Aquisições (v)	1.038.528	3.296	3.748	9.385	3.969	282.815	14.899	1.356.640
Transferências					(5)		8.633	(277)
Alienações/baixas	(2.241)	(8.633)	(996)	(8.628)			(277)	(12.669)
Juros capitalizados		50	(4)	(522)				9.143
Depreciação	(584.088)	(5.012)	(18.853)	(11.779)		9.086	(19.055)	(638.787)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2010	7.800.448	209.671	31.731	66.256	16.121	476.514	111.109	8.711.850
Custo total	10.722.269	254.572	152.665	135.873	16.121	476.514	214.138	11.966.415
Depreciação acumulada	(2.921.821)	(44.901)	(120.934)	(69.617)			(103.029)	(3.260.302)
Saldo contábil, líquido	7.800.448	209.671	31.731	66.256	16.121	476.514	111.109	8.711.850

(i) Inclui aeronaves, motores e conjuntos de peças sobressalentes. As aquisições incluem as aeronaves que foram consideradas arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 6 / IAS 17. A TAM possui, em 31 de dezembro de 2010, 79 aeronaves sem modalidade (2009 – 66 aeronaves e 1º de janeiro de 2009 – 64 aeronaves).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia recebeu 14 aeronaves, sendo, 12 aeronaves classificadas como arrendamento mercantil financeiro e uma aeronave A320 e uma aeronave A319 como arrendamento mercantil operacional.

(iii) Referem-se principalmente a beneficiárias no Centro Tecnológico de São Carlos.

(iv) Os valores desembolsados do programa de aquisição de aeronaves são mantidos como adiantamentos, uma vez, que no momento do desembolso ainda não foi definido que modalidade de contrato de arrendamento será utilizada. A experiência histórica da Companhia demonstra que a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante é provável, conforme mencionado na nota 2.12 (a).

(v) Abrangem basicamente móveis e veículos.

(vi) As transferências ocorrem quando as aeronaves são entregues e os valores são restituídos para a TAM ou capitalizados com os equipamentos de voo como "adições".

(vii) Refere-se ao valor do saldo inicial da Pantanal, controlada recém adquirida. As movimentações após a compra estão demonstradas nas diversas rubricas da movimentação.

Os imóveis e benfeitorias da controlada TLA hipotecados como garantia de empréstimos somam R\$ 110.499 (2009 – R\$ 110.499 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 110.499).

Com exceção das aeronaves, não há valores significativos referentes a imobilizado fora do Brasil. As aeronaves estão localizadas no Brasil, mas são usadas em voos domésticos e internacionais.

Conforme descrito na nota 2.12, a Companhia tem como política revisar a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente ao final de cada exercício. A Companhia realizou análise do prazo de vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. Como consequência da revisão dessa estimativa contábil que visou reavaliar o prazo de vida útil e o valor residual dos bens, consequentemente, a depreciação remanescente ao período de vida residual dos bens, foi registrado um impacto a crédito no resultado da depreciação de 2010, na comparação com a depreciação que teria sido registrada com base nas estimativas usadas no período anterior, no montante de R\$ 346.

A despesa de depreciação encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Custos dos serviços prestados	554.137	480.232
Despesas comerciais	1.344	1.262
Despesas gerais e administrativas	83.316	78.220
	<u>638.497</u>	<u>559.714</u>

18. Intangível

	Projetos de tecnologia da informação (i)	Softwares	Outros intangíveis (ii)	Direito de uso – Slots	Marcas e patentes (iv)	Total
Em 1º de janeiro de 2009	102.336	19.859	29.897			152.092
Custo total	102.336	37.597	29.897			169.830
Amortização acumulada	(17.738)					(17.738)
Saldo contábil, líquido	102.336	19.859	29.897			152.092
Em 31 de dezembro de 2009						
Aquisições	115.777	18.287	1.232			135.296
Baixa	(3.015)					(3.015)
Amortização	(28.232)	(14.440)				(42.672)
Saldo contábil, líquido	186.866	23.706	31.129			241.701
Em 31 de dezembro de 2009						
Custo total	215.098	55.884	31.129			302.111
Amortização acumulada	(28.232)	(32.178)				(60.410)
Saldo contábil, líquido	186.866	23.706	31.129			241.701
Em 31 de dezembro de 2010						
Aquisições	118.187	3.155	16.555	124.927	168.312	431.136
Baixa	(7.831)					(7.831)
Transferências	349	(349)				
Amortização	(40.484)	(20.498)				(60.982)
Saldo contábil, líquido	257.087	6.014	47.684	124.927	168.312	604.024
Em 31 de dezembro de 2010						
Custo total	325.803	58.690	47.684	124.927	168.312	725.416
Amortização acumulada	(68.716)	(52.676)				(121.392)
Saldo contábil, líquido	257.087	6.014	47.684	124.927	168.312	604.024

(i) O saldo de projetos de tecnologia da informação considera os gastos com desenvolvimento de projetos e de softwares, incluindo custos com materiais, horas trabalhadas de terceiros e outros custos diretos, são reconhecidos quando provável que serão bem sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica e somente quando o seu custo pode ser medido de modo confiável. A amortização desses gastos é feita pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. O prazo de amortização previsto é de até cinco anos, dependendo do estudo de recuperabilidade de cada projeto.

(ii) Outros intangíveis são registrados ao custo menos a sua amortização acumulada e estão sujeitos a teste de recuperabilidade (impairment). Nesta rubrica estão registrados os pagamentos à Star Alliance.

(iii) Vide "Aquisição Pantanal".

(iv) Vide "Aquisição TAM Milor".

A despesa de amortização encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Custos dos serviços prestados	59.560	41.677
Despesas comerciais	317	222
Despesas gerais e administrativas	1.105	773
	<u>60.982</u>	<u>42.672</u>

(i) Teste para avaliação da redução ao valor recuperável (impairment)

Quando da aquisição da Pantanal, a Companhia identificou como ativo intangível com vida útil indefinida, o direito de uso nas operações em aeroportos (slots). Devido a natureza deste ativo, a Companhia procedeu a avaliação do impairment e não identificou mudanças significativas nas premissas iniciais, não resultando em ajustes no valor reconhecido.

Consideramos para o cálculo do impairment de uso dos slots mensurado por meio de projeções de fluxo de caixa descontado com base nos valores de EBIT (Earnings Before Interest and Tax) projetados de voos operados usando os slots para os próximos 10 anos, sendo que a partir do sexto ano foi considerada a perpetuidade. Como nessa projeção, verificamos que o valor contábil registrado será recuperado entre cinco e seis anos.

As premissas-chaves utilizadas para projeção foram: (a) crescimento limitado no load factor (taxa de ocupação) de 72,5%, (b) taxa de desconto de 13,4% a.a. determinada pela Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC) e (c) perpetuidade para os fluxos de caixa projetados a partir do sexto ano.

	TLA	Mercosur	TP	Multipius	Pantanal (*)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009 – ajustado	1.274.232	63.363	30	(128)		1.337.497
Aquisição de investimento					12.890	12.890
Adiantamento para futuro aumento de capital	144.396					144.396
Resultado de equivalência patrimonial	590.001	4.150	(773)	87.096	(4.653)	675.821
Remuneração com base em ações	14.873			1.126		15.999
Ganho de capital na alienação de participação societária				489.115		489.115
Reversão da reavaliação		(7.200)				



TAM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.832.635/0001-18

A STAR ALLIANCE MEMBER



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

19.3 Empréstimos - consolidado

(a) Composição do saldo

	Garantias	Encargos financeiros (taxas efetivas em 2010, 2009 e 2008)	Formas de pagamento e vencimento final	2010	2009	1º/01/2009
Em moeda nacional						
FINEM - Sub crédito A (i)	Hipoteca de bens e contas a receber	TJLP + 4,5% a.a. (10,5% a.a. e 10,8% a.a.)	Mensal até 2011	13.704	28.655	43.554
FINEM - Sub crédito B (ii)	Hipoteca de bens e contas a receber	Cesta de moedas BNDES + 3,0% a.a. (12,2% a.a. e 10,5% a.a.)	Mensal até 2012	2.026	4.023	7.984
Outros			Mensal até 2013	3.640	6.533	9.261
Em moeda estrangeira						
FINIMP (iii)	Nota promissória de US\$ 1.338 mil até US\$ 32.605 mil	LIBOR + 1,05% a.a. a 6,70% a.a. (4,3% a.a. e 5,3% a.a.)	Anual até 2011	19.370	39.211	60.799
International Finance Corporation - IFC (iv)	Depósito em garantia de US\$ 2.500 mil	LIBOR semestral + 1,6% a.a. (1,1% a.a. e 3,0% a.a.)	Semestral até 2010	506.913	284.760	167.289
International Finance Corporation - IFC (Capital de Giro) (v)	Depósito em garantia de US\$ 2.500 mil	LIBOR semestral + 3% a.a. (3,4% a.a. e 6,6% a.a.)	Semestral até 2012		7.247	28.900
Renegociação de arrendamento (vi)	Carta de fiança	Parcelas fixas (US\$ 55 mil)	Mensal até 2022		9.821	23.493
Financiamento de pré-pagamento de aeronaves (vi)	Garantia incondicional	LIBOR mensal + 2,65% a.a.	Mensal até 2011	68.649	139.870	107.074
Outros (vii)				3.915	3.826	
				595.670	458.077	340.769
				615.040	497.288	401.568
				(600.382)	(458.602)	(191.835)
				14.658	38.686	209.733

19.4 Debêntures

	Controladora	Consolidado
Ano	31/12/2010	31/12/2009
2010	347.800	517.306
2011	347.800	517.306
2012	347.800	517.306
2013	347.800	517.306
2014	347.800	517.306
2015	347.800	517.306
Posterior a 2015	347.800	517.306

Os vencimentos das parcelas de longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

Ano	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
2010			60.573
2011		24.791	132.559
2012	6.027	5.697	5.531
2013	1.068	860	1.221
2014	696	727	976
2015	739		
Posterior a 2015	6.128	6.611	8.873
	14.658	38.686	209.733

(b) Descrição dos empréstimos e financiamentos:
(i) Crédito aberto destinado ao apoio ao plano plurianual de investimentos ao longo dos anos de 2004 e 2005, com foco na ampliação das instalações do Centro Tecnológico de São Carlos, a aquisição de equipamentos e materiais nacionais, o desenvolvimento de software, a capacitação técnica e gerencial de pessoal e os projetos ambientais, visando a redução de custos de operações e manutenção da empresa.
(ii) A TAM assinou acordos de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos. As operações que encontram-se ativas, referem-se ao ano de 2006, com os bancos Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil.
(iii) A TAM assinou acordos de empréstimos na modalidade FINIMP, para financiar importação de motores e peças aeronáuticas. Dentre as operações que encontram-se ativas, as captações com os bancos Safra, Banco do Brasil, Santander, Itaú e Bradesco, possuem vencimentos até Dezembro de 2011.
(iv) Em 16 de dezembro de 2005, a TLA assinou acordo de empréstimo com o "International Finance Corporation" (IFC), para financiar até US\$ 33 milhões em operações de adiantamento de aeronaves (pre-delivery payment - PDP) Airbus contratadas junto à fabricante francesa.
(v) Dívida proveniente da renegociação de um contrato de fornecimento de aviões e peças celebrado entre TAM e Fokker Aircraft BV em 25 de junho de 1982.
(vi) Em 28 de dezembro de 2007, a TLA assinou acordo de empréstimo com o Banco BNP Paribas para financiar até US\$ 117,1 milhões em operações de adiantamento de aeronaves (pre-delivery payment - PDP) Airbus contratadas junto à fabricante francesa.
(vii) Contrato de aquisição de equipamentos, programas de software e serviços relacionados a produtos de tecnologia da informação.

	Controladora	Consolidado
Ano	31/12/2010	31/12/2009
TAM S.A. (i)	347.800	517.306
TAM Linhas Aéreas S.A. (ii)	347.800	517.306
Circulante	(347.800)	(184.502)
Não circulante	332.804	500.000

Os vencimentos das parcelas não circulantes do consolidado têm a seguinte distribuição por ano:

Ano	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
2010			166.667
2011		98.092	349.162
2012	98.887	137.349	166.666
2013	100.000		
2014	100.000		
2015	100.000		
Posterior a 2015	596.979	835.568	500.000

(i) TAM S.A.
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de julho de 2006, foi aprovada a emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica (sem garantia, nem preferência), com garantia fidejussória da controlada TLA e forma nominativa escritural. Em 1º de agosto de 2006, a TAM S.A. concluiu oferta de 50.000 debêntures simples, série única, com valor nominal unitário de R\$ 10, valor total original de R\$ 500.000 e custo de captação de R\$ 1.906, o prazo de vencimento é de seis anos, sendo o pagamento em três parcelas anuais e sucessivas. A primeira parcela foi paga em 1º de agosto de 2010.
Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, sendo equivalentes a 104,5% do CDI, (taxa efetiva na data da contratação 15,38%) calculados e divulgados pela Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de juros efetiva foi de 10,19% a.a. (2009 - 10,32% e 1º de janeiro de 2009 - 14,29%).
A escritura de emissão destas debêntures, além de outras obrigações contratuais, prevê o cumprimento de cláusula restritiva baseada em índice financeiro. Com a aplicação das novas práticas contábeis definidas pelo CPC/IFRS, em especial a que requer o reconhecimento nas demonstrações financeiras da Companhia dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, o índice de cobertura da dívida da companhia sofreu um aumento. Cumpre ressaltar que referido índice restou prejudicado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, deixando de atingir o limite ora convenicionado. Neste sentido essas debêntures seriam passíveis de vencimento antecipado, não automático, uma vez que tal vencimento está condicionado à realização e aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas.
Em 07 de fevereiro de 2011 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, na qual foi aprovada a proposta da Companhia de autorizar o agente fiduciário a não decretar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes da escritura de debêntures, exclusivamente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, na hipótese do não cumprimento pela Companhia do índice de cobertura de dívida e o consequente pagamento de um "waiver prêmio" a ser efetuado aos debenturistas, no montante de 1,70% do preço unitário da data do pagamento, que ocorrerá no dia 1 de março de 2011. Sendo assim, a Companhia na data de divulgação do balanço encontra-se adimplente com as suas obrigações pactuadas na escritura de debêntures. Em atendimento ao disposto no CPC/IFRS, a Companhia reclassificou a parcela de longo prazo com vencimento programado para 2012 para o circulante, no valor de R\$ 166.376. Adicionalmente a Companhia avaliou seus outros contratos de financiamento, inclusive arrendamento mercantil, e concluiu que não existem outros financiamentos que devam ser reclassificados para o passivo circulante.
(ii) TAM Linhas Aéreas S.A.
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2009, foi aprovada a emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória da TAM S.A.
Em 24 de julho de 2009, a TAM Linhas Aéreas S.A. concluiu oferta de 600 debêntures simples, série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 e valor total original de R\$ 600.000 e custo de captação de R\$ 7.631. Em 22 de julho de 2010, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a postergação do vencimento das debêntures de 24 de julho de 2013 para 24 de julho de 2017, e a amortização do valor nominal dos títulos foi ampliada de pagamentos trimestrais para semestrais, com o vencimento da primeira parcela postergado de 24 de julho de 2010 para 24 de janeiro de 2012. O custo decorrente dessa renegociação foi de R\$ 3.000.
Os juros remuneratórios tiveram sua periodicidade alterada, passando de mensal para semestral, sendo equivalentes a 124% do CDI (taxa na data da contratação 13,25%), calculados e divulgados pela Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Em 31 de dezembro de 2010, a taxa efetiva dos juros é de 12,09% a.a. (2009 - 11,5% e em 1º de janeiro de 2009 - 12,5%).
A Companhia poderá, a qualquer momento, a seu critério, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos debenturistas com 10 dias de antecedência, resgatar antecipadamente o valor total ou parcial das debêntures. As debêntures objeto deste procedimento serão obrigatoriamente canceladas. A Administração concluiu que montante a pagar mediante adiantamento é aproximadamente igual ao custo autorizado das obrigações e, como tal, a opção de resgate é considerada clara e estreitamente relacionada com as obrigações.

	Consolidado
Ano	31/12/2010
Transporte a executar	942.167
Programa Fidelidade (i)	825.265
Ganhos diferidos com operações de Sale and leaseback (ii)	100.169
	1.867.601
Circulante	(1.801.181)
Não circulante	66.420

(i) Em 1º de janeiro de 2010, a controlada Multiplus assumiu a administração exclusiva do Programa TAM Fidelidade. A diferença do programa é reconhecida com base no número de pontos em aberto e à taxa média histórica de pontos não resgatados (breakage) dos últimos 12 meses.
(ii) Os ganhos diferidos nas operações de sale and leaseback referem-se a vendas de aeronaves em 2001 e 2003. Os ganhos são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear até 2013.

	Consolidado
Ano	31/12/2010
Reorganização da frota Fokker 100 (i)	13.860
Provisão para manutenção - "Power by the hour"	252.534
Outras obrigações	106.736
	373.130
Circulante	(135.658)
Não circulante	237.472

(i) Como resultado do processo de reorganização de sua frota de aeronaves Fokker 100, a TLA, em 19 de dezembro de 2003, rescindiu 19 contratos de arrendamento mercantil então vigentes, sendo 10 na modalidade financeira e 9 na operacional. Como consequência, a TLA firmou contrato obrigando-se a pagar multa rescisória em 30 parcelas trimestrais consecutivas, com vencimentos entre abril de 2004 e julho de 2011, no montante original de R\$ 94.188, integralmente contabilizada no resultado daquele exercício. Cartas de fiança foram oferecidas pela Companhia como garantia. Adicionalmente, a TLA negociou o vencimento de determinadas parcelas vencidas até a data da assinatura do referido contrato, no montante original de R\$ 49.599.
O valor total do compromisso em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 13.860 (2009 - R\$ 24.154 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 51.186), equivalentes a US\$ 8.318 mil (2009 - US\$ 13.871 e 1º de janeiro de 2009 - US\$ 21.903).

	Consolidado
Ano	31/12/2010
Pis e Cofins	392.150
Adicional tarifário (i)	420.338
Fundo aeroviário (ii)	100.420
Processos trabalhistas	24.180
Processos cíveis	57.412
Demais processos tributários	38.228
Total	1.032.728
(-) Depósitos judiciais	(84.928)
Total	947.800

(b) Resumo dos principais processos
(i) Refere-se à cobrança de 1% sobre o valor das tarifas aéreas de todos os bilhetes de passagens vendidos em linhas aéreas regulares domésticas. A administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contestou a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo foi suportado por medida judicial.
Em setembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão, em caráter definitivo, mediante a qual a Companhia está desobrigada do pagamento desse adicional tarifário. Em face deste acontecimento, a Companhia reverteu a provisão contábil constituída a este título no valor de R\$ 585.914 (R\$ 439.437 líquido de imposto de renda e contribuição social), correspondente ao período de junho de 2001 a agosto de 2010. O impacto desta reversão no resultado líquido da Companhia não resultou em impacto no fluxo de caixa conforme demonstramos a seguir:

	31/12/2010
Receita - Deduções e impostos sobre vendas	39.895
Despesas operacionais - Outras despesas administrativas (nota 29)	364.854
Despesas financeira	181.186
Imposto de renda diferido	(146.478)
	439.437

(ii) Refere-se à cobrança de percentual equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salários, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional. A TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.
A Companhia e suas controladas possuem ainda ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, não sendo, portanto, requerida provisão na data. Os montantes estimados são demonstrados a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Processos tributários			
ICMS	383.374	286.799	185.033
IRPJ e CSLL	136.216	114.519	103.046
Regime aduaneiro especial de admissão temporária	102.594	102.644	102.644
Outros	134.026	186.808	172.843
	756.210	690.770	563.566
Processos cíveis	30.911	31.915	32.001
Processos trabalhistas	316.485	231.257	192.353
	1.103.606	953.942	787.920

	2010	2009	1º/01/2009
TJLP + 4,5% a.a. (10,5% a.a. e 10,8% a.a.)	13.704	28.655	43.554
Cesta de moedas BNDES + 3,0% a.a. (12,2% a.a. e 10,5% a.a.)	2.026	4.023	7.984
	3.640	6.533	9.261
LIBOR + 1,05% a.a. a 6,70% a.a. (4,3% a.a. e 5,3% a.a.)	19.370	39.211	60.799
LIBOR semestral + 1,6% a.a. (1,1% a.a. e 3,0% a.a.)	506.913	284.760	167.289
LIBOR semestral + 3% a.a. (3,4% a.a. e 6,6% a.a.)		7.247	28.900
Parcelas fixas (US\$ 55 mil)	7.272	12.476	23.493
LIBOR mensal + 2,65% a.a.	8.921	9.898	14.013
	68.649	139.870	107.074
	3.915	3.826	
	595.670	458.077	340.769
	615.040	497.288	401.568
	(600.382)	(458.602)	(191.835)
	14.658	38.686	209.733

23. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a controladora TLA aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 47049/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.
As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:
(a) Parcelamento efetuado em 180 meses no valor de R\$ 342.505 e pagamento a vista de débitos no montante de R\$ 10.426, dos quais R\$ 9.484 encontram-se depositados judicialmente.
(b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Principal atualizado	Multa	Juros	Total
PIS (i)	42.757	3.464	42.640	89.861
COFINS (i)	192.743	1.784	114.296	308.823
Outros impostos	20.209	2.548	18.386	41.143
	255.709	7.796	176.322	439.827
				(23.152)
				416.675

24. Capital social e reservas

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.200.000 (2009 - R\$ 1.200.000 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 1.200.000), podendo ser aumentado com a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Capital subscrito
Em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito é representado por 156.206.781 (2009 - 150.585.147 e 1º de janeiro de 2009 - 150.585.147) ações, sendo 55.816.683 (2009 - 50.195.049 e 1º de janeiro de 2009 - 50.195.049) ações ordinárias e 100.390.098 (2009 - 100.390.098 e 1º de janeiro de 2009 - 100.390.098) ações preferenciais.
As ações ordinárias conferem ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.
As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto no que se refere a determinadas matérias, enquanto a Companhia estiver listada no Nível 2 da BOVESPA, tendo, porém, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, além do direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de quaisquer benefícios a acionistas.
De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que 25% de suas ações estejam disponíveis para negociação no mercado. Desde agosto de 2007, este percentual é de 53,85% (não auditado).
A movimentação do capital está resumida a seguir:

	2010	2009	1º/01/2009
Em 1º de janeiro de 2009	150.585.147	50.195.049	100.390.098
Em 31 de dezembro de 2009	150.585.147	50.195.049	100.390.098
Aumento de capital conforme RCA (*) de 05/11/2010	5.621.634	5.621.634	144.395
Saldos em 31 de dezembro de 2010	156.206.781	55.816.683	100.390.098

(*) Reunião do Conselho de Administração. Vide "Aquisição TAM Milor" na nota 1.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado das ações é de R\$ 39,14 por ação enquanto que o valor patrimonial da ação na mesma data é de R\$ 17,36 por ação.

(c) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com os estatutos da TAM S.A., aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício conforme as demonstrações financeiras individuais da controladora, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de imposto, que tiverem sido pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios. As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital e o direito a dividendos no mínimo equivalentes àqueles distribuídos às ações ordinárias. Os dividendos estão sujeitos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) e podem ser assim demonstrados:

	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	637.420
(-) Reserva legal - 5%	(31.871)
(=) Base para distribuição de dividendos	605.549
Dividendo mínimo obrigatório	(151.387)
Quantidade de ações por lote de mil ações - média ponderada (nota 33 (b))	151.185
Dividendo por ação - R\$	(1,00)
Dividendo proposto	(151.387)
Montante a distribuir	(151.387)

25. Reserva de capital

(i) Ágio na subscrição de ações
A reserva de ágio foi apurada na subscrição de ações em decorrência da mais-valia do acervo líquido recebido em relação ao valor aportado como aumento de capital.

(ii) Ações em tesouraria
O movimento das ações em tesouraria durante o período é apresentado a seguir.

	Quantidade de ações	R\$ mil	Preço médio em R\$
Em 1 de janeiro de 2009	402.311	(11.370)	28,26



TAM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 01.832.635/0001-18

A STAR ALLIANCE MEMBER



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

30. Benefícios a empregados

Os custos de pessoal têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Salários e bonificações.....	1.844.562	1.527.390
Plano de pensão de contribuição definida.....	27.090	23.619
Remuneração baseada em ações.....	15.999	11.407
Impostos e contribuições sociais.....	440.777	422.754
	<u>2.328.428</u>	<u>1.985.170</u>

30.1 Participação nos lucros e bonificações

Conforme acordo sindical ajustado anualmente, a Administração da Companhia efetuará pagamento de participação nos resultados caso sejam atingidas determinadas metas de desempenho estabelecidas com base no orçamento anual. Nesse sentido, a administração registrou na rubrica "Salários e encargos sociais", uma provisão para pagamento deste benefício, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 103.358 (2009 - R\$ 26.955).

30.2 Remuneração baseada em ações

(a) **TAM Linhas Aéreas**
Na AGE realizada em 16 de maio de 2005, os acionistas aprovaram que até 2% das ações em circulação poderiam ser utilizadas pela diretoria para a concessão de opções de ações aos funcionários. As transações estão resumidas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	3ª outorga extraordinária	4ª outorga extraordinária	Total
Data.....	28/12/2005	30/11/2006	14/12/2007	28/05/2010	27/09/2007	29/02/2008	01/04/2010	03/11/2010	
Quantidade de ações.....	715.255	239.750	780.311	591.467	230.000	11.595	230.000	230.000	
Preço de exercício.....	14,40	43,48	39,67	25,11	38,36	30,24	24,59	20,53	
Taxa de juros, isenta de risco %.....	17,93%	13,13%	10,95%	9,38%	10,82%	10,82%	8,34%	10,69%	
Tempo médio contratual.....	5,5	5,5	5,5	5,5	4,5	4,5	4,5	4,5	
Redimento esperado do dividendo %.....	0,00%	0,32%	0,58%	0,55%	0,58%	0,56%	0,55%	0,55%	
Volatilidade das ações no Mercado %.....	34,24%	41,29%	42,30%	51,47%	40,48%	43,66%	51,32%	52,14%	
Preço no Mercado acionário na data da outorga R\$.....	45,00	61,00	44,03	24,30	50,10	35,48	30,31	41,92	
Valor justo na data da outorga - R\$.....	39,64	41,11	25,09	13,57	28,28	19,33	17,95	29,91	
Quantidade de opções em circulação (i).....	261.719	154.724	494.610	591.467	230.000	11.595	230.000	230.000	2.209.115
Quantidade de opções a exercer (i).....	266.719	103.149	248.203	591.467	230.000	11.595	230.000	230.000	859.866
Preço médio ajustado (i).....	19,36	56,89	48,50	26,99	48,33	51,68	49,23	21,81	
Média de vida contractual remanescente (i).....	0,28	1,28	2,38	5,13			2,38	4,50	3,06
(i) Em 31 de dezembro de 2010.									

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas em bolsa. A vida contractual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

(b) Multiplus

Na AGE realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas aprovaram que até 3% das ações em circulação poderiam ser utilizadas pela diretoria para a concessão de opções de ações aos funcionários. As transações estão resumidas a seguir:

	Número de ações em circulação	Preço médio do exercício - R\$
31 de dezembro de 2009.....	1.660.759	18,07
31 de dezembro de 2010.....	<u>1.660.759</u>	<u>18,07</u>

Sob os termos do plano, as opções cedidas são divididas em três partes iguais e os empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três, quatro anos, respectivamente, se ainda empregado pela Companhia naquela ocasião. A vida contractual das opções é de sete anos após a outorga da opção. A 1ª outorga extraordinária foi dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas metade das suas opções de três anos e outra metade após quatro anos. A 2ª outorga extraordinária foi também dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas após um ano e dois anos, respectivamente.

	1ª outorga	2ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	Total
Data.....	04/10/2010	08/11/2010	04/10/2010	04/10/2010	
Quantidade de ações.....	98.391	36.799	1.370.999	154.570	
Preço de exercício.....	27,33	31,55	27,33	27,33	
Taxa de juros, isenta de risco %.....	10,16	10,16	10,16	10,16	
Tempo médio contratual.....	5,0	5,0	5,25	4,25	
Redimento esperado do dividendo %.....	0,67	0,57	0,67	0,67	
Volatilidade das ações no mercado %.....	30,25	31,21	30,25	30,25	
Preço no mercado acionário na data da outorga R\$.....	26,90	31,55	26,90	26,90	
Valor justo na data da outorga - R\$.....	11,58	14,08	16,81	10,53	
Quantidade de opções em circulação (i).....	98.391	36.799	1.370.999	154.570	1.660.759
Preço médio ajustado (i).....	28,20	32,23	16,51	28,20	
Média de vida contractual remanescente (i).....	5,0	5,0	5,25	4,25	
(i) Em 31 de dezembro de 2010.					

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas em bolsa. A vida contractual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras.....				
Receitas de juros sobre aplicações financeiras.....	30.993	31.288	136.642	82.106
Encargos de mútuo.....	1.065	561		
Ganhos cambiais.....			1.439.709	2.303.737
Outras (i).....	1.718	1.906	198.138	26.843
	<u>33.776</u>	<u>33.755</u>	<u>1.774.489</u>	<u>2.412.686</u>
Despesas financeiras.....				
Perdas cambiais.....			(1.196.576)	(582.192)
Despesas de juros (ii).....	(42.821)	(51.812)	(416.364)	(421.851)
Outras.....	(6.302)	(1.892)	(59.163)	(37.371)
	<u>(49.123)</u>	<u>(53.704)</u>	<u>(1.672.103)</u>	<u>(1.041.414)</u>
Resultado financeiro.....	<u>(15.347)</u>	<u>(19.949)</u>	<u>102.386</u>	<u>1.371.272</u>

(i) Inclui a reversão da despesa de juros do adicional tarifário de R\$ 181.166 ocorrida em setembro de 2010 (nota 22 (b)).

(ii) A taxa média mensal de capitalização de juros em 31 de dezembro de 2010 foi de 0,16% (2009 - 0,18%).

A variação cambial sobre o arrendamento mercantil financeiro reconhecida no resultado no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 totalizou uma receita líquida de R\$ 231.738 (2009 - receita líquida - R\$ 1.404.895) e a despesa de juros referente a esse arrendamento reconhecida no resultado no mesmo período totalizou R\$ 106.103 (2009 - R\$ 166.839).

32. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Imposto corrente.....	(4.527)	218	(142.000)	(3.972)
Imposto diferido.....	367	(605)	(305.054)	(645.567)
	<u>(4.160)</u>	<u>(387)</u>	<u>(447.054)</u>	<u>(649.539)</u>

O imposto de renda e contribuição social apurado sobre o lucro da TAM, antes da tributação, difere do valor teórico que resultaria usando-se a média ponderada da alíquota de imposto aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	641.590	1.293.931	1.115.984	(Ajustado)
Alíquotas nominais - %.....	34%	34%	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais.....	(218.137)	(439.936)	(379.434)	(645.319)
Efeitos fiscais sobre (adições) exclusões permanentes.....				
Resultado de equivalência patrimonial.....	229.779	448.086		
Despesas indutíveis.....	(402)		(34.104)	(24.091)
Resultados de controladas no exterior.....	(8.813)		(8.813)	
Créditos tributários de juros sobre o capital próprio pagos.....	8.499		29.800	
Débitos tributários de juros sobre o capital próprio recebidos.....	(17.654)		(17.654)	
Créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.....			(1.539)	(43)
Débitos/créditos tributários não constituídos sobre lucros auferidos no exterior.....			(25.946)	29.876
Créditos tributários da contribuição social sobre tributos com exigibilidade suspensa.....			(3.583)	
Plano de remuneração de ações.....			(5.590)	(3.879)
Outras.....	2.568	(8.537)	519	(6.083)
Crédito tributário (despesa) de imposto de renda e contribuição social.....	<u>(4.160)</u>	<u>(387)</u>	<u>(447.054)</u>	<u>(649.539)</u>
Alíquota efetiva %.....	0,65	0,03	40,1	34,2

Os anos-base de 2005 a 2009 estão sujeitos a exame pelas autoridades tributárias brasileiras.

(b) Regime Tributário de Transição - RTT

O regime tributário de transição tem sido estabelecido pela Lei nº 11.638/07 a fim de manter as mesmas regras de tributação para determinação do rendimento tributável, independentemente de quaisquer alterações introduzidas para praticas contábeis adotadas no Brasil.

O regime é optativo no ano-calendário de 2008 e de 2009. A TAM optou pela adoção do RTT em 2008, consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008.

33. Lucro por ação

(a) **Básico**
O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações emitidas e em circulação durante o exercício, excluindo-se as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Lucro apropriado aos acionistas da Companhia.....	637.420	(Ajustado)
Média ponderada da quantidade de ações emitidas (em milhares).....	151.448	150.585
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares).....	(263)	(402)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação.....	151.185	150.183
Lucro básico por ação (reais por ação).....	<u>4,22</u>	<u>8,30</u>

(b) **Diluído**
O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações.

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Lucro apropriado aos acionistas da Companhia.....	637.420	(Ajustado)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em milhares).....	151.185	150.183
Efeito do plano de compra de ações (em milhares).....	425	263
Média ponderada da quantidade de ações para cálculo do lucro diluído por ações (em milhares).....	151.610	150.446
Lucro diluído por ação (reais por ação).....	<u>4,20</u>	<u>8,29</u>

34. Caixa gerado pelas operações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício.....	637.420	1.246.778	668.930	1.246.778
Ajustes do resultado.....				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 32 (a)).....	(367)	605	305.054	645.567
Depreciação e amortização (nota 29).....	699.769	692.386	699.769	692.386
Resultados na alienação do imobilizado / intangível (ver abaixo).....	(13.671)	(19.918)	(13.671)	(19.918)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos.....	50.717	97.473	(1.580.891)	
Equivalência patrimonial.....	(675.821)	(1.271.134)		
Outras provisões.....	1.987		298.352	(1.598)
Receita diferida.....	1.987		88.527	323.345
Provisões para contingências.....	30		85.908	69.128
Reversão de provisão para contingências.....			(585.914)	
Encargos.....	41.295			15.999
Plano de remuneração baseado em ações.....				11.409
Variações do capital circulante (excluindo-se os efeitos da aquisição e diferenças cambiais).....	163.084	72.925	(446.956)	231.249
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....			14.501	(25.887)
Estoques.....				29.274
Ativo disponível para venda.....			(469.709)	24.862
Contas a receber de clientes.....		(9.202)	(85.681)	21.444
Tributos a recuperar.....	3.243			
Impostos e contribuições a compensar.....	60		(13.878)	371
Despesas do exercício seguinte.....	243		(174)	(1.678)
Depósitos judiciais.....	(174)			(25.035)
Pré pagamento de manutenção.....	41	342	67.889	97.876
Outros ativos.....	22		85.942	(85.113)
Fornecedores.....	821	(67)	45.622	(10.342)
Salários e encargos sociais.....	2.382	414	323.403	(9.414)
Outros passivos.....	19	(36)	59.938	(103.037)
Instrumentos financeiros derivativos.....			(222.618)	(886.970)
Caixa gerado pelas operações.....	<u>174.042</u>	<u>91.342</u>	<u>1.002.438</u>	<u>587.165</u>

(*) Ver nota 38; (**) Ver nota 4.
Na demonstração dos fluxos de caixa consolidado, a receita proveniente da venda de imobilizado e intangível compreende:

	31/12/2010	31/12/2009
Valor contábil imobilizado/intangível.....	13.357	15.951
Ganhos na alienação de imobilizado/intangível.....	13.671	19.918
Recursos obtidos na alienação de imobilizado/intangível.....	<u>27.028</u>	<u>35.869</u>

Transações não monetárias
As principais transações não monetárias referem-se a aquisições de equipamentos de voo mediante arrendamentos financeiros mencionada na nota 17.

Durante o período, a Companhia e suas controladas adquiriram ativo imobilizado com um custo total de R\$ 1.356.642, dos quais R\$ 1.013.587 por meio de arrendamento financeiro.

35. Compromissos e contingências

(a) Compromissos por arrendamentos operacionais

A TAM possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento de aeronaves sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial. A TAM possui 70 aeronaves na modalidade

	Número de ações em circulação	Preço médio do exercício - R\$
Em 1º de janeiro de 2009.....	1.701.328	37,31
Canceladas.....	(33.888)	42,81
31 de Dezembro de 2009.....	<u>1.667.440</u>	<u>36,55</u>
Exercidas.....	(165.868)	14,40
Canceladas.....	(343.924)	39,67
Outorgadas.....	1.051.467	23,99
31 de Dezembro de 2010.....	<u>2.209.115</u>	<u>114,61</u>

Sob os termos do plano, as opções cedidas são divididas em três partes iguais e empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três, quatro anos, respectivamente, se ainda empregado pela Companhia naquela ocasião. A vida contractual das opções é de sete anos. As opções previamente exercidas foram resultados da antecipação de aposentadoria e desligamento da Companhia. A opção contém uma "cond

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

para exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	De acordo com BR GAAP antigo	IR/CS Diferido(a)	IFRIC 13 - Fidelidade(b)	Deságio Mercosur (c)	Outros	De acordo com CPC		De acordo com BR GAAP antigo	IR/CS Diferido (a)	IFRIC 13 - Fidelidade (b)	Deságio Mercosur (c)	De acordo com CPC
Passivo							Passivo					
Circulante							Circulante					
Passivos financeiros.....	28.542					28.542	Forneceadores					
Salários e encargos sociais.....	107					107	Passivos financeiros.....	184.502				184.502
Impostos e tarifas a recolher.....	5.906					5.906	Salários e encargos sociais.....	40				40
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos.....	599					599	Impostos e tarifas a recolher.....	9.654				9.654
Outros passivos circulantes.....	36					36	Juros sobre capital próprio e dividendos propostos.....	233.985				233.985
	35.190					35.190		428.181				428.181
Não circulante							Não circulante					
Passivos financeiros.....	500.000					500.000	Passivos financeiros.....	332.804				332.804
Partes relacionadas.....	536					536		332.804				332.804
	500.536					500.536						
Total do passivo.....	535.726					535.726	Total do passivo.....	760.985				760.985
Patrimônio líquido							Patrimônio líquido					
Capital e reservas atribuídos aos acionistas da TAM S.A.							Capital e reservas atribuídos aos acionistas da TAM S.A.					
Capital social.....	675.497					675.497	Capital social.....	675.497				675.497
Reserva de reavaliação.....	132.371					132.371	Reserva de reavaliação.....	130.540				130.540
Outras reservas.....	88.783					88.783	Outras reservas.....	99.244				99.244
Ajuste de avaliação patrimonial.....	3.309					3.309	Ajuste de avaliação patrimonial.....	(16.794)				(16.794)
Prejuízos acumulados.....	(362.630)		(273.433)	11.099	14.270	(610.694)	Lucro acumulados.....	745.966	(354.924)	11.099		402.141
Total do patrimônio líquido.....	537.330		(273.433)	11.099	14.270	289.266	Total do patrimônio líquido.....	1.634.453	(354.924)	11.099		1.290.628
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	1.073.056		(273.433)	11.099	14.270	824.992	Total do passivo e do patrimônio líquido.....	2.395.438	(354.924)	11.099		2.051.613

38.1.2 Conciliação do balanço patrimonial e patrimônio líquido da controladora em 31 de dezembro de 2009

	De acordo com BR GAAP antigo	IR/CS Diferido (a)	IFRIC 13 - Fidelidade (b)	Deságio Mercosur (c)	De acordo com CPC
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	131.952				131.952
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ...	288.989				288.989
Juros sobre capital próprio a receber.....	223.001				223.001
Tributos a recuperar.....	35.852				35.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	3.614	(3.614)			
Despesas do exercício seguinte.....	403				403
	683.811	(3.614)			680.197
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11.550	3.614			15.164
Partes relacionadas.....	18.714				18.714
Outros ativos não circulantes.....	41				41
Investimentos.....	1.681.322		(354.924)	11.099	1.337.497
	1.711.627	3.614	(354.924)	11.099	1.371.416
Total do ativo.....	2.395.438		(354.924)	11.099	2.051.613

	De acordo com BR GAAP antigo	IFRIC 13 - Fidelidade (b)	De acordo com CPC
Receita			
Despesas operacionais.....	(4.020)		(4.020)
Resultado da equivalência patrimonial.....	1.366.895	(95.761)	1.271.134
Lucro operacional.....	1.362.875	(95.761)	1.267.114
Receitas financeiras.....	33.755		33.755
Despesas financeiras.....	(53.704)		(53.704)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.342.926	(95.761)	1.247.165
Imposto de renda e contribuição social.....	(387)		(387)
Lucro do exercício (todas operações continuadas).....	1.342.539	(95.761)	1.246.778

38.1.3 Conciliação do lucro líquido da demonstração do resultado da controladora em 31 de dezembro de 2009

	De acordo com BR GAAP antigo	IFRIC 13 - Fidelidade (b)	De acordo com CPC
Receita			
Despesas operacionais.....	(4.020)		(4.020)
Resultado da equivalência patrimonial.....	1.366.895	(95.761)	1.271.134
Lucro operacional.....	1.362.875	(95.761)	1.267.114
Receitas financeiras.....	33.755		33.755
Despesas financeiras.....	(53.704)		(53.704)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.342.926	(95.761)	1.247.165
Imposto de renda e contribuição social.....	(387)		(387)
Lucro do exercício (todas operações continuadas).....	1.342.539	(95.761)	1.246.778

39. Balanço Social (não auditado)

TAM S.A.	2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais)		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			11.378.691			9.765.506
Resultado operacional (RO)			1.013.598			621.531
Folha de pagamento bruta (FPB)			2.328.428			1.985.171
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	182.374	7,83%	1,60%	166.466	8,39%	1,70%
Encargos sociais compulsórios	469.258	20,15%	4,12%	422.761	21,30%	4,33%
Previdência privada	27.090	1,16%	0,24%	23.611	1,19%	0,24%
Saúde	33.754	1,45%	0,30%	19.837	1,00%	0,20%
Segurança e saúde no trabalho	2.716	0,12%	0,02%	1.856	0,09%	0,02%
Educação	3.080	0,13%	0,03%	5.427	0,27%	0,06%
Cultura	553	0,02%	0,00%	2.363	0,12%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.963	0,34%	0,07%	17.402	0,88%	0,18%
Creches ou auxílio-creche	1.269	0,05%	0,01%	633	0,03%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	100.168	4,30%	0,88%	30.381	1,53%	0,31%
Outros	53.312	2,29%	0,47%	31.583	1,59%	0,32%
Total - Indicadores sociais internos	881.537	37,86%	7,75%	722.320	36,39%	7,40%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.431	0,14%	0,01%	2.022	0,33%	0,22%
Cultura	28.858	2,85%	0,25%	21.756	3,50%	0,22%
Saúde e saneamento	1.390	0,14%	0,01%	2.166	0,35%	0,22%
Esporte	2.883	0,28%	0,03%	1.053	0,17%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	2.269	0,22%	0,00%	21	0,00%	0,00%
Outros	3.932	0,38%	0,03%	1.684	0,27%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	40.762	4,02%	0,34%	28.702	4,62%	0,29%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.095	0,10%	9,62%	1.589.044	255,67%	16,27%
Total - Indicadores sociais externos	41.857	4,13%	9,96%	1.617.746	260,28%	16,57%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.627	0,56%	0,05%	4.484	0,72%	0,05%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	281	0,02%	0,00%	264	0,04%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	5.896	0,58%	0,05%	4.748	0,76%	0,05%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período	28.193			24.282		
Nº de admissões durante o período	6.640			2.772		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	393			541		
Nº de estagiários(as)	64			82		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.554			2.555		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	10.927			9.193		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,58%			34,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	5.872			5.044		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	16,00%			10,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	582			526		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010 Valor (Mil reais)			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	1143			1143		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 105315	no Procon 3156	na Justiça 10622	na empresa 105315	no Procon 3156	na Justiça 10622
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 62%	na Justiça 58%	na empresa 100%	no Procon 62%	na Justiça 58%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 6.258.916			Em 2009: 7.173.620		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	28,2% governo 29,4% colaboradores(as) 1,5% acionistas 32,2% terceiros 8,7% retido			28,4% governo 23,4% colaboradores(as) 3,3% acionistas 30,4% terceiros 14,5% retido		
7 - Outras Informações						
TAM S.A. CNPJ: 01.832.635/0001-18. Setor econômico: serviços de transporte e logística. UF: SP. Detalhamento, comentários e projetos estão destacados no Relatório de Sustentabilidade da companhia, publicado juntamente com a demonstração financeira. Responsáveis pelas informações: Claudio Costa e Rita Moreno. Contato: 5582-7210 - responsabilidade.social@tam.com.br. Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de crianças ou adolescentes e não está envolvida em corrupção.						
Luiz Carlos Miranda Gerente de Controladoria - CRC 1SP168723/O-8						

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

TAM S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TAM S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da TAM S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAM S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na Nota 2.1 (b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da TAM S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011